



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Ciências da Saúde
Departamento de Enfermagem

Ana Beatriz Alves de Araújo

**POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DA PESSOA IDOSA: REVISÃO NARRATIVA DE
TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS**

Brasília

2024

Ana Beatriz Alves de Araújo

**Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa: Revisão Narrativa de Teses e Dissertações
Brasileiras**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientador(a): Profª. Dra. Leides Barroso Azevedo Moura

Brasília

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Ana Beatriz Alves de Araújo

Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa: Revisão Narrativa de Teses e Dissertações Brasileiras

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Data da aprovação: 10/07/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Leides Barroso Azevedo Moura - Orientadora e Presidente da Banca
Mestre em Ciências da Enfermagem e Doutora em Ciências da Saúde
Professora do Departamento de Enfermagem (UnB)

Prof^a Dra. Grasielle Silveira Tavares — Membro Efetivo da Banca
Mestre em Saúde na Comunidade e Doutora em Saúde Pública
Professora do Departamento de Terapia Ocupacional (UnB)

Prof^a Dra. Marisete Peralta Safons — Membro Efetivo da Banca
Mestre em Ciências da Saúde e Doutora em Ciências da Saúde.
Professora da Faculdade de Educação Física (UnB)

Prof^a. Dra. Andrea Mathes Faustino — Membro Suplente da Banca
Mestre em Enfermagem Fundamental e Doutora em Ciências da Saúde
Professora do Departamento de Enfermagem (UnB)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos aqueles que tornaram possível a realização deste trabalho e da minha graduação em Enfermagem na Universidade de Brasília Campus Darcy Ribeiro.

Agradeço a Deus por Sua presença em cada passo deste caminho, por Sua sabedoria que me guiou nas decisões e por Sua graça que sustentou minha perseverança até este momento.

A toda minha família, que desde o início da minha graduação, me apoiaram e incentivaram constantemente.

Aos meus pais, Jairo e Geane, por seu amor inabalável, encorajamento contínuo, compreensão e sacrifícios que tornaram possível minha jornada acadêmica.

Aos meus irmãos, Rodrigo e Wallas, pelo companheirismo, conversas, risadas e apoio incondicional durante toda a minha caminhada.

À minha orientadora Leides Moura, pela paciência, dedicação e orientação ao longo de todo o processo de pesquisa. Suas sugestões e insights foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

Às professoras da banca examinadora, Andrea, Marisete e Grasielle, por dedicarem seu tempo e expertise na análise deste trabalho e por seus preciosos comentários e sugestões.

Por fim, aos meus amigos de curso, pelo incentivo mútuo, troca de experiências e momentos de descontração que tornaram essa caminhada mais leve e significativa.

A todos vocês, meu mais sincero obrigado.

RESUMO

O envelhecimento populacional é uma realidade mundial e brasileira. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2022, houve um aumento de 56% de pessoas idosas em comparação a 2010. Dessa forma, é necessário promover um envelhecimento saudável e cidadão, por meio de políticas públicas voltadas ao cuidado da pessoa idosa. Nesse cenário, a Política Pública Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) é uma das mais relevantes à saúde da pessoa idosa. O presente estudo apresenta por objetivo geral identificar como as dissertações e teses brasileiras têm abordado a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Trata-se de uma pesquisa do tipo revisão narrativa de literatura sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa em Bases de Teses e Dissertações Brasileiras. As bases de dados selecionadas foram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e o Catálogo de Teses e Dissertações Capes. Na amostra final foram identificados 42 trabalhos, sendo 07 teses e 35 dissertações. Os trabalhos foram analisados por intermédio de cinco perguntas norteadoras sobre a formulação e abordagem da política, desafios na implementação e orçamento destinado à implementação da PNSPI. Os resultados da análise da literatura revelam que, predominantemente, há necessidade de capacitação dos profissionais de saúde em relação ao processo de envelhecimento e suas particularidades, distanciamento entre o preconizado na política e a realidade nacional e insuficiência de intersetorialidade entre os serviços. O cuidado à pessoa idosa é fragmentado. Conclui-se que a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa é abordada nas teses e dissertações, em sua maioria, como referencial teórico, além de evidenciar que a PNSPI não está totalmente implementada no país. Portanto, a sociedade, como um todo, deve lutar por um envelhecimento saudável, cidadão e participativo.

Palavras-chave: Política Pública. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Envelhecimento. Pessoa Idosa.

ABSTRACT

Population aging is a global and Brazilian reality. According to the Brazilian Institute of Geography and Statistics of 2022, there was a 56% increase in elderly people compared to 2010. Thus, it is necessary to promote a healthy and citizen aging, through public policies aimed at the care of the elderly. In this scenario, the National Public Health Policy for the Elderly (PNSPI) is one of the most relevant to the health of the elderly. This study aims to identify how Brazilian dissertations and theses have addressed the National Health Policy of the Elderly. It is a research of the type narrative review of literature on the National Health Policy of the Elderly in Bases of Theses and Dissertations Brazilian. The selected databases were the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and the Catalog of Theses and Dissertations Capes. In the final sample, 42 papers were identified, being 07 theses and 35 dissertations. The works were analyzed through five guiding questions on the formulation and approach of the policy, challenges in the implementation and budget for the implementation of the PNSPI. The results of the literature analysis reveal that, predominantly, there is a need for training of health professionals in relation to the aging process and its particularities, between what is advocated in politics and the national reality and the lack of intersectoriality between services. Care for the elderly is fragmented. It is concluded that the National Policy of Health of the Elderly is addressed in the theses and dissertations, mostly as a theoretical reference, besides showing that the PNSPI is not fully implemented in the country. Therefore, society as a whole must strive for healthy, citizen and participatory aging.

Keywords: Public Policy. National Health Policy of the Elderly. Aging. Elderly.

GLOSSÁRIO

- AB - Atenção Básica
- ACS - Agente Comunitário de Saúde
- BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- BPC - Benefício de Prestação Continuada
- COAP - Contrato Organizativo de Ação Pública
- CRS - Coordenadoria Regional de Saúde
- DM - Diabetes Mellitus
- EAD - Ensino a Distância
- ESF - Estratégia Saúde da Família
- HIPERDIA - Programa de Hipertensão Arterial e Diabetes
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social
- NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família
- OTI - Orçamento Temático do Idoso
- PNAB - Política Nacional de Atenção Básica
- PNI - Política Nacional do Idoso
- PNSI - Política Nacional de Saúde do Idoso
- PNSPI - Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
- RENADI - Criação da Rede Nacional de Defesa da Pessoa Idosa
- SUS - Sistema Único de Saúde
- UFF - Universidade Federal Fluminense

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Dissertações selecionadas para análise.

Quadro 02 - Teses selecionadas para análise.

Quadro 03 - Respostas das pesquisas em relação à pergunta norteadora: O estudo apresenta alguma informação acerca da formulação da PNSPI? Se sim, o que traz?

Quadro 04 - Respostas das pesquisas em relação à pergunta norteadora: De que maneira a PNSPI é abordada no estudo? O estudo menciona a implementação da PNSPI?

Quadro 05 - Respostas das pesquisas em relação à pergunta norteadora: O que o estudo apresenta sobre as principais dificuldades e/ou desafios acerca da implementação da PNSPI?

Quadro 06 - Respostas das pesquisas em relação à pergunta norteadora: O que o estudo cita sobre o orçamento da Política?

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Fluxograma da seleção das pesquisas nas bases de dados.

SUMÁRIO

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	12
2. MÉTODO	13
3. RESULTADOS	21
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	38
5. DISCUSSÃO	41
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
7. REFERÊNCIAS	46

1. INTRODUÇÃO

Com o aumento da longevidade, o processo de envelhecimento ganhou mais notoriedade na sociedade. O envelhecimento populacional crescente é um fenômeno mundial, contudo, os países em desenvolvimento precisam se adaptar mais rápido e com menor renda nacional a esse crescimento das pessoas idosas do que os países desenvolvidos, que vivenciaram o envelhecimento mais cedo (Bitencourt; Dalto, 2021).

Conforme o novo censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, a população idosa de 60 anos ou mais de idade corresponde a 15,6% (32.113.490 pessoas idosas), equivalente a um aumento de 56,0% em comparação ao ano de 2010. O número de pessoas idosas 65+ anos de idade representa 10,9% da população brasileira (22.169.101 pessoas), e por outro lado, o número total de crianças de até 14 anos de idade apresentou uma queda de 12,6% quando comparado ao ano de 2010. O novo índice de envelhecimento é de 55,2, isto é, há 55,2 pessoas com 65 anos ou mais de idade para cada 100 crianças de 0 a 14 anos de idade. (IBGE, 2023)

Neste cenário, o amparo legal direcionado a essa parcela da população brasileira é essencial, como as políticas públicas. De acordo com Secchi, Coelho e Pires (2019), política pública é uma orientação desenvolvida para combater um problema público; a política pública é instituída com o propósito de lidar com problemas considerados de importância coletiva, visando sua resolução ou tratamento. Em consonância, Solha (2014) apresenta que políticas públicas constituem orientações destinadas a guiar ações em um campo específico da vida social e seu desenvolvimento envolve a discussão de diversos sujeitos da sociedade.

No Brasil, com o passar do tempo, houve um aumento das políticas públicas destinadas às pessoas idosas, principalmente após a Constituição Federal de 1988. A Constituição consolidou alguns direitos das pessoas idosas, servindo de base para a formulação de leis e políticas públicas a esta parcela da sociedade. Um marco histórico foi a Política Nacional do Idoso (PNI) de 1994, que apresentou diretrizes importantes à pessoa idosa, com objetivo de promover autonomia, integração e participação social (Leonardo; Pereira; Miranda, 2023). Em 1999, para reafirmar o comprometimento do Estado com o bem-estar e direitos das pessoas idosas, foi aprovada, por intermédio da Portaria nº 1.395 de 10 de dezembro de 1999, a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI), que apresentou como propósito fundamental a promoção do envelhecimento saudável, manutenção/melhoria da capacidade funcional das pessoas idosas, além de prevenção, recuperação e reabilitação quando necessários (Leonardo; Pereira; Miranda, 2023; Brasil, 1999).

Em 2003, foi apresentado o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003), destinado a regular os direitos das pessoas idosas e dever compartilhado entre família, sociedade e Estado a assegurar suporte às pessoas idosas. O Estatuto foi reescrito em 2022 (Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022). O Pacto pela Saúde, divulgado pela Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006, abordou a saúde da pessoa idosa como um dos focos centrais, colaborando com a reformulação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), aprovada pela Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006, que segue em vigor até os dias atuais. (Leonardo; Pereira; Miranda, 2023; Brasil, 2003; Brasil, 2006a; Brasil, 2006b)

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) defende a recuperação, promoção da autonomia e independência da pessoa idosa. Salienta que a saúde da população idosa vai além do controle e da prevenção de doenças crônicas não-transmissíveis. Envolve a interação entre saúde física e mental, independência financeira, capacidade funcional e suporte social (Brasil, 2006). A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa é essencial para garantir que as pessoas idosas brasileiras tenham condições adequadas para viverem de forma saudável, independente e com dignidade, respeitando seus direitos e promovendo uma sociedade mais inclusiva e justa para todas as faixas etárias.

Com base neste contexto, a presente pesquisa apresenta o intuito de responder a seguinte indagação: Como as dissertações e teses abordam a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa no contexto brasileiro?

2. MÉTODO

2.1 Tipo de Estudo

Trata-se de uma pesquisa do tipo revisão narrativa de literatura, bibliográfica não sistemática, sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa em Bases de Teses e Dissertações Brasileiras.

2.2 Objetivo Geral

O objetivo geral consiste em identificar como as dissertações e teses têm abordado a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.

2.3 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

- Identificar como a PNSPI é abordada no estudo;
- Identificar se as teses e dissertações abordam a implementação da PNSPI;

- Identificar quais os principais desafios e/ou dificuldades na implementação da PNSPI mencionadas nas teses e dissertações.

2.4 Seleção de Bases de Dados e Estratégia de Busca

As bases de dados selecionadas foram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e Dissertações Capes. A estratégia de busca utilizada foi “Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa”, tratada como um único termo, a fim de proporcionar uma pesquisa específica em relação ao nome da política, contudo ampla, uma vez que não foram utilizados outros descritores para delimitar a busca.

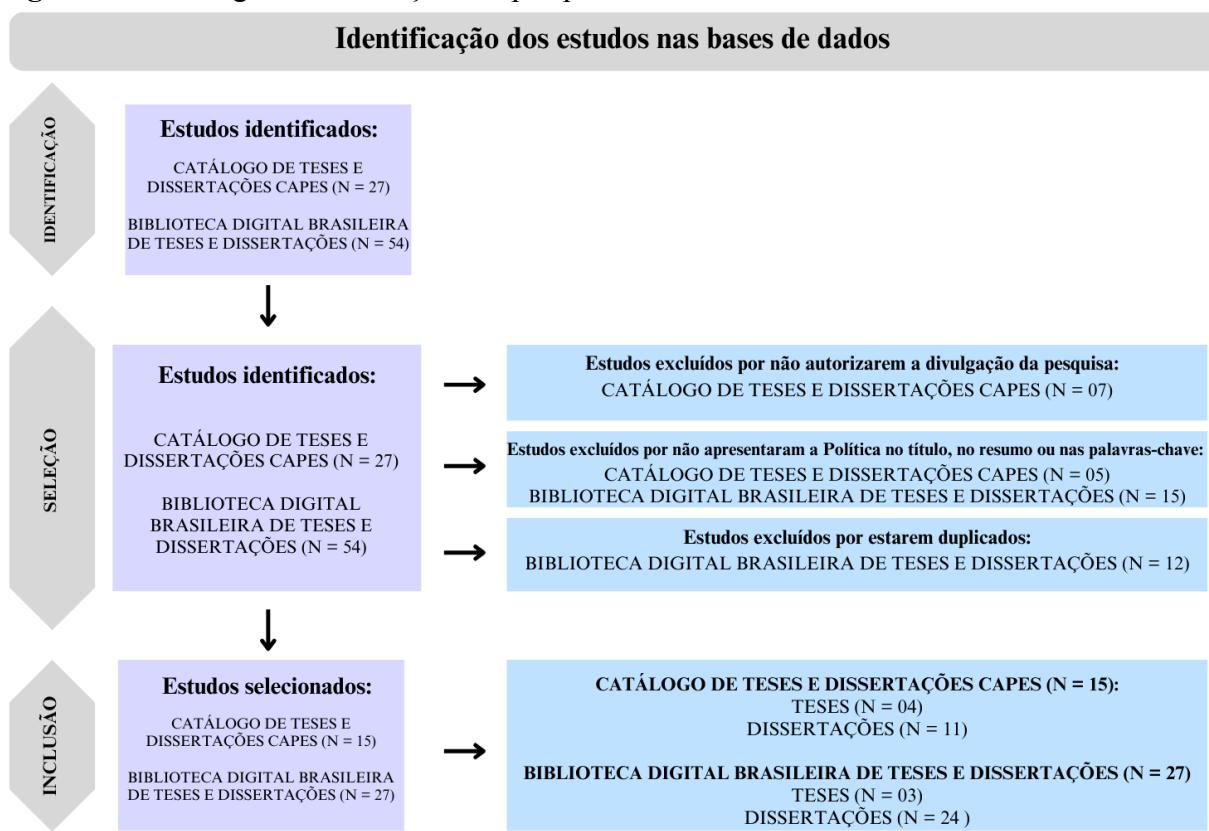
2.5 Critérios de Inclusão

Os critérios de inclusão foram: teses e dissertações publicadas desde 2006; teses e dissertações que apresentam o termo “Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa” no título, no resumo ou nas palavras-chave; teses e dissertações que disponibilizavam, na íntegra, seu conteúdo; e teses e dissertações brasileiras.

2.6 Exclusão e Seleção de Estudos

Ao realizar a busca de estudos, por intermédio da estratégia de busca “Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa”, foram identificados um total de 27 estudos no Catálogo de Teses e Dissertações Capes e 54 resultados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para a seleção inicial das pesquisas, os critérios de inclusão foram empregados, por conseguinte, 12 estudos do Catálogo Capes foram excluídos por não autorizarem a publicação do estudo na íntegra ($n = 07$) ou por não referirem a PNSPI no título, resumo ou palavras-chave ($n = 05$); no tocante à BD TD, 27 estudos foram excluídos por não apresentarem a PNSPI no título, resumo ou palavras-chave ($n = 15$) ou por estudos duplicados ($n = 12$). Assim sendo, foram incluídos na presente pesquisa, um total de 42 estudos para análise: 15 do Catálogo Capes e 27 da BD TD. A Figura 1 exemplifica a seleção dos estudos.

Figura 01 - Fluxograma da seleção das pesquisas nas bases de dados.



Fonte: elaborada pela autora, 2024.

2.7 Análise do Estudos Selecionados

Posterior à seleção dos 42 estudos, as teses e dissertações foram lidas na íntegra e os conteúdos das pesquisas foram analisados a partir das seguintes perguntas norteadoras:

- O estudo apresenta alguma informação acerca da formulação da PNSPI? Se sim, o que traz?
- De que maneira a PNSPI é abordada no estudo?
- O estudo menciona a implementação da PNSPI?
- O que o estudo apresenta sobre as principais dificuldades e/ou desafios na implementação da PNSPI?
- O que o estudo cita sobre o orçamento da Política?

Os Quadros 1 e 2 expõem os trabalhos selecionados, apresentando as seguintes informações: título, ano da defesa e base de dados que se encontra. O quadro 1 refere-se às dissertações e o quadro 2 às teses.

Quadro 01 - Dissertações selecionadas para análise.

Dissertação	Título	Autor	Ano da Defesa	Base de Dados
D1	Avaliação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa na Gestão Municipal De Fortaleza-CE	Maia, Sandra Maria Pontes	2010	Catálogo Capes
D2	Implementação da Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa nos Cursos de Graduação em Saúde da Universidade Federal Fluminense	Xavier, Alex da Silva	2010	Catálogo Capes
D3	Análise da Implantação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa no Município de Campo Dos Goytacazes - RJ com Ênfase na Qualificação dos Trabalhadores	Nunes, Camila Henriques	2016	Catálogo Capes
D4	Saúde e Lazer: Impasses na Construção da Cidadania do Idoso	Lima, Maria da Soledade Arruda de	2006	Catálogo Capes
D5	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa: Discutindo o Perfil Sócio Demográfico, Econômico e Funcional de Idosos Restritos ao Lar	Abreu, Gracielle Karla Pampolim	2016	Catálogo Capes
D6	Capacitação de Agentes Comunitários de Saúde Sob a Perspectiva da Fonoaudiologia: Potencial Latente para Operacionalização da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa	Marcandal, Gessyka Gomes	2013	Catálogo Capes
D7	Análise de Implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa: um Estudo com Base nos Instrumentos de	Silva, Mariane Coimbra da	2022	Catálogo Capes

	Planejamento em Saúde do Município de Belo Horizonte			
D8	Ações da Política de Assistência Social em Presidente Kennedy-ES: Possibilidades de Atendimento à Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa	Lemos, Eduardo Tassinari	2021	Catálogo Capes
D9	Desafios na Implantação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa na Perspectiva dos Profissionais que atuam na Atenção Básica do Município de Diamantina – MG	Neves, Juliana Santos	2017	Catálogo Capes
D10	A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) e a Atenção Básica: Um Estudo de Caso no Município de Santa Cruz do Sul/RS	Cardoso, Carine Guterres	2015	Catálogo Capes
D11	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa: Discutindo Fatores Socioeconômicos, Hábitos de Vida e Vulnerabilidade de Idosos de uma Estratégia Saúde da Família de Manhuaçu/MG	Sanglard, Cecília	2019	Catálogo Capes
D12	O Direito de Saúde da Pessoa Idosa em Consonância com o Serviço Social	Silva, Danubia de Brito Rodrigues	2024	BDTD
D13	Indicadores para Monitoramento da Saúde da Pessoa Idosa: Revisão Integrativa	Mouzinho, Mirian Estela do Couto	2013	BDTD
D14	Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa no Olhar de Idosos Atendidos na Estratégia Saúde da Família	Dantas, Kiara Maria Vieira Pinto	2015	BDTD

D15	A Proteção Social nos Serviços de Saúde Voltados à Pessoa Idosa em Céu Azul - PR	Floriano, Tânia	2021	BDTD
D16	Qualidade de Vida e Fatores Associados em Idosos Institucionalizados e Não Institucionalizados do Município de Agudos, São Paulo	França, Mônica Lima	2013	BDTD
D17	Avaliação de Riscos de Quedas de Idosos Octagenários no Domicílio: Subsídio para Tecnologia Gerencial com Foco na Segurança do Paciente	Luiz, Izabel Cristina	2016	BDTD
D18	O Brasil que Envelhece: Políticas Sociais da Seguridade Social para Idosos no Brasil	Machado, Patrícia Mara	2015	BDTD
D19	Rede de Apoio e Necessidades Educacionais Frente ao Cuidado Familiar de Idosos Dependentes: Uma Contribuição para Enfermagem	Reis, Deyvylan Araújo	2013	BDTD
D20	Idosos Vítimas de Queda Admitidos a um Hospital de Referência em Trauma	Anjos, Rita Edna da Silveira dos	2014	BDTD
D21	Prevalência e Etiologia de Trauma Bucomaxilofacial em Idosos Internados no Nordeste Brasileiro	Carvalho Filho, Marcus Antonio Melo	2015	BDTD
D22	Promoção da Saúde da População Idosa na Perspectiva de Profissionais da Saúde de Equipes de Atenção Primária de Arroio do Tigre/RS	Petermann, Xavéle Braatz	2020	BDTD
D23	Conhecimento de Enfermeiros e Médicos	Silva, Olivia Alves	2014	BDTD

	da Estratégia Saúde da Família Sobre as Políticas Públicas Voltadas à Pessoa Idosa	da		
D24	A Política de Saúde para a Pessoa Idosa em São José do Rio Preto (SP): Conquistas e Desafios - Um Estudo a partir dos Parâmetros Internacionais	Pádua, Maria Augusta Carolino de	2015	BDTD
D25	Internações de Idosos por Diabetes Mellitus: A Influência da Estratégia Saúde da Família na Saúde da Pessoa Idosa no Estado do Rio de Janeiro	Griner, Advá	2018	BDTD
D26	Capacitação para Agentes Comunitários de Saúde sobre a Atenção à Saúde do Idoso	Villar, Veruska Ribeiro de Medeiros	2018	BDTD
D27	Comportamentos Relacionados à Saúde, Qualidade de Vida Ambiente na Percepção de Idosos no Sertão Central do Ceará	Pereira, Deborah Santana	2013	BDTD
D28	Caracterização dos Atendimentos à Pessoa Idosa na Atenção Primária à Saúde	Andres, Silvana Carloto	2022	BDTD
D29	A Enfermeira no Cuidado Domiciliar a Idosos: Desvelando os Sentidos do Vivido	Oliveira, Amanda Maria Souza de	2013	BDTD
D30	Guia de Promoção da Saúde para Pessoa Idosa	Silva, Joyce Lane Braz Virgolino da	2018	BDTD
D31	Educação a Distância como Estratégia para Apoio à Implementação de Políticas Públicas: A Experiência do Curso de	Torres, Kellem Raquel Brandão de Oliveira	2016	BDTD

	Aperfeiçoamento em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa			
D32	Estudo e Análise Crítica da Política de Saúde para o Idoso no Brasil: O Caso de Duque de Caxias	Loureiro, Ione Andrade	2013	BDTD
D33	As Concepções de Envelhecimento e Velhice nas Políticas Públicas voltadas à População Idosa no Brasil e no Uruguai	Mariño, Juliana de Crescenzo Saucedo	2019	BDTD
D34	Atenção ao Idoso na Estratégia Saúde da Família: A Atuação do Médico e do Enfermeiro	Silvestre, Elizandra Ferreira de Lima	2013	BDTD
D35	Saúde da Pessoa Idosa: A Formação dos Profissionais de Saúde da Atenção Básica	Cota, Bruna Aniele	2015	BDTD

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Quadro 02 - Teses selecionadas para análise.

Tese	Título	Autor	Ano da Defesa	Base de Dados
T1	As Representações Sociais da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa: Uma Análise à Luz do Campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade	Silva, Meliza Cristina da	2016	Catálogo Capes
T2	O Idoso Vítima de Violência: Desafios do Sistema de Saúde para o Enfrentamento do Fenômeno	Lima, Cibelly Aliny Siqueira	2011	Catálogo Capes
T3	Política de Atenção à Saúde do Idoso em Mossoró/RN: Potencialidades e Possibilidades para Promoção do	Oliveira, Lucineire Lopes de	2011	Catálogo Capes

	Envelhecimento Saudável no Estado do Rio Grande do Norte			
T4	Assistência Domiciliar a Idosos: Desempenho dos Serviços de Atenção Básica	Thumé, Elaine	2010	Catálogo Capes
T5	Quedas e seu Impacto na Saúde e na Capacidade Funcional dos Idosos Manauaras	Santos, Fabíola Silva dos	2019	BDTD
T6	A Saúde do Idoso no Ensino Superior de Universidades Públicas do Rio de Janeiro: O Caso dos Cursos de Educação Física, Enfermagem e Nutrição	Carvalho, Claudia Reinoso Araujo de	2015	BDTD
T7	Internações Geriátricas e Opiniões dos Gestores Municipais da Região Metropolitana de Porto Alegre: Considerações sobre os Programas de Saúde Direcionados a Idosos	Kummer, Simone Stochero	2017	BDTD

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

2.8 Pressupostos Éticos

Em relação aos pressupostos éticos da pesquisa, uma vez que trata-se de uma revisão narrativa de literatura, não foi necessário nenhuma submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

3. RESULTADOS

Ao analisar na íntegra as dissertações e teses, por intermédio dos questionamentos norteadores, abaixo, nos quadros 03, 04, 05 e 06, estão as respostas de cada estudo acerca da respectiva pergunta.

Quadro 03 - Respostas das pesquisas em relação à pergunta norteadora: O estudo apresenta alguma informação acerca da formulação da PNSPI? Se sim, o que traz?

Pesquisa	Informação acerca da formulação da PNSPI
D1	O estudo aborda o processo histórico até a criação da PNSPI em 2006. Aborda: Carta de Alma-Ata (1978), Carta de Ottawa (1986) e Plano de Madri (2002); no Brasil:

	Constituição Federal de 1988 (Seguridade social), Sistema Único de Saúde (1990), Estatuto do Idoso (2003), Pacto pela Vida (2006) e Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006).
D2	Aborda o histórico do período de formulação de políticas para a pessoa idosa: 8ª Conferência Nacional de Saúde, PNI, PNSI, Lei Orgânica da Saúde 8.080/90 (SUS), Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a PNSPI.
D3	O estudo aborda os marcos históricos e legais da implantação da PNSPI, isto é, aborda (revisão bibliográfica) a legislação brasileira referente ao idoso: Constituição Federal de 1988; Lei Orgânica da Saúde (1990); Política Nacional do Idoso (1994); Estatuto do Idoso (2003); Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006); Política Estadual do Idoso do Estado do Rio de Janeiro; Política Municipal do Idoso de Campos dos Goytacazes (2009).
D4	O estudo faz um histórico de políticas voltadas à população idosa: Recomendações de Políticas para a 3ª Idade nos anos 90; Constituição de 1988 – “Constituição Cidadã”; A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – e o Benefício de Prestação Continuada – BPC; Política Nacional do Idoso – PNI; Política Nacional de Saúde do Idoso; Estatuto do Idoso; Criação da Rede Nacional de Defesa da Pessoa Idosa – RENADI.
D5	Apresenta o processo histórico das políticas públicas de atenção à saúde da pessoa idosa até a PNSPI. Aborda II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, Pacto pela Saúde, SUS, Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI).
D6	Discorre sobre os SUS, ESF, ACS e cita a PNSPI, não apresenta o processo histórico ou formulação da Política.
D7	Apresenta referencial teórico de políticas públicas brasileiras, em especial, discorre sobre a PNSPI.
D8	Aborda o envelhecimento e as políticas públicas voltadas à pessoa idosa, discorrendo sobre a PNSPI.
D9	No referencial teórico, o estudo aborda o envelhecimento populacional e a transição epidemiológica brasileira, discorrendo também sobre os marcos jurídicos de proteção social da população idosa no Brasil, isto é, as políticas públicas voltadas às pessoas idosas: Constituição de 1988, Política Nacional do Idoso 1994, Política Nacional de Saúde do Idoso 1999, Estatuto do Idoso 2003, Atenção à saúde do idoso na atenção primária.
D10	O estudo aborda o envelhecimento e o histórico de políticas públicas de saúde para a população idosa até a PNSPI. Aborda: I e II Assembleia Mundial do Envelhecimento da OMS, Constituição Federal, Criação do SUS, PNI, PSI, Estatuto do Idoso, Pacto pela Vida, Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), PNSPI.

D11	O estudo apresenta o processo histórico para a construção das políticas voltadas aos cuidados da pessoa idosa, abordando a transição demográfica, história e o novo olhar no cuidado da pessoa idosa. Aborda: Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde - Declaração de Alma Ata, Assembleia Mundial sobre Envelhecimento em Viena 1982 - Plano Global de Ação, Constituição Federal, SUS, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - Lei nº8.472, de 07 de dezembro de 1993 - Benefício de Prestação Continuada (BPC), Política Nacional do Idoso Lei n.8.842 de 1994, Estatuto do Idoso Lei n.10.741 de 2003, Pacto pela Vida, Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) Portaria n. 2.528 de 2006 Política Nacional de Atenção Básica (PNAB).
D12	O estudo aborda a saúde no Brasil após a Constituição Federal de 1988, discorrendo sobre o SUS, ESF, Política Nacional de Humanização (PNH), Pacto pela Saúde, Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), Estatuto do Idoso e PNSPI.
D13	O estudo contextualiza as políticas públicas brasileiras e a atenção às pessoas idosas. Aborda: PNI 1994, PNSI 1999, Estatuto do Idoso 2003, Pacto pela Saúde 2006, PNSPI 2006, SUS.
D14	Aborda/apresenta o envelhecimento populacional e o histórico das políticas brasileiras: Constituição de 1988, SUS, PNSI, Estatuto do Idoso PNSPI, Pacto pela Vida.
D15	A pesquisa apresenta referencial teórico a respeito das políticas de saúde no Brasil, a partir da Constituição Federal, e seguridade social, contextualizando a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI).
D16	Aborda as políticas de saúde para a pessoa idosa, abordando brevemente a PNI, o Estatuto do Idoso, Pacto pela Vida e a PNSP, apresentando suas diretrizes.
D17	O estudo, em parte do referencial teórico, aborda o envelhecimento e a PNSPI.
D18	Apresenta os marcos históricos internacionais (Declaração universal dos direitos humanos, I e II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento) à questão da pessoa idosa e, no Brasil desde a Constituição Federal, identifica a PNI e o Estatuto do Idoso como marcos legais que institucionalizaram a proteção social à população idosa, e no decorrer do estudo aborda o histórico das políticas voltadas à população idosa, com foco na seguridade social, citando então a PNSPI.
D19	Apresenta embasamento teórico direcionado à população idosa, envelhecimento, discorrendo sobre os cuidadores de pessoas idosas/redes sociais de apoio e a ESF. Aborda brevemente a PNI, Estatuto do Idoso e a PNSPI, ao discorrer sobre envelhecimento populacional.
D20	Na revisão de literatura, aborda o envelhecimento populacional e menciona a PNI, PNSI, Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e a PNSPI.

D21	Aborda brevemente o envelhecimento, a PNI, o Estatuto do Idoso e a PNSPI, para contextualização.
D22	O estudo apresenta um robusto referencial teórico acerca da promoção da saúde, envelhecimento e população idosa, abordando os antecedentes históricos da promoção da saúde no âmbito internacional (1977 - 10ª Assembleia Mundial de Saúde - Saúde para todos no ano de 2000; 1978 - Declaração de Alma-Ata; 1986 - Carta de Ottawa – I Conferência Internacional sobre promoção da saúde; 1988 - Declaração de Adelaide – II Conferência Internacional sobre promoção da saúde; 1991 - Declaração de Sundsvall - III Conferência Internacional sobre promoção da saúde; 1992 - Declaração de Santafé de Bogotá – promoção da saúde na América Latina; 1997 - Declaração de Jacarta - IV Conferência Internacional sobre promoção da saúde; 2000 - V Conferência Internacional sobre promoção da saúde – México; 2005 - VI Conferência Internacional sobre promoção da saúde – Bangkok; 2009 - VII Conferência Internacional sobre promoção da saúde - Nairóbi; 2013 - VIII Conferência Internacional sobre promoção da saúde – Helsinque; 2016 - IX Conferência Internacional sobre promoção da saúde - Xangai) e a evolução histórica das políticas de saúde no Brasil (Constituição Federal; criação do SUS; Política Nacional de Promoção da Saúde; PNAB; PNI; Estatuto do Idoso; PNSPI).
D23	O estudo aborda diretrizes internacionais da atenção à pessoa idosa e as políticas públicas nacionais para a pessoa idosa: Conferências Nacionais de Saúde, Declaração de Alma-Ata, Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, VIII Conferência Nacional de Saúde (1986), Conferência de Viena, Assembleia de Viena e Madri; Constituição Federal de 1988, implantação do SUS, PNI, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Estatuto do Idoso, Política de Promoção à Saúde, PNSPI, Pacto pela Saúde, Política Nacional de Humanização, A Política Nacional da Atenção Básica (PNAB)
D24	O estudo apresenta um complexo referencial teórico em relação às políticas sociais de atenção à pessoa idosa, desde a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento até a PNSPI. Discorre sobre: as Assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento, PNI, PNSI, Estatuto do Idoso, Política do Envelhecimento Ativo e a PNSPI (comparando as principais diferenças com a PNSI).
D25	O estudo apresenta uma revisão de literatura que aborda o envelhecimento, a atenção à saúde da pessoa idosa nas políticas públicas, e enfatiza a atenção básica, a ESF e discorre também sobre o problema do diabetes mellitus. Aborda os marcos legais das políticas: PNI, Estatuto do Idoso, PNSI, Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, Pacto pela Vida e a PNSPI.
D26	Apresenta uma revisão de literatura das políticas públicas nacionais norteadas à saúde da pessoa idosa e a educação permanente em saúde. Aborda: Constituição Federal, PNI, Estatuto do Idoso, PNSI, Pacto pela Saúde, PNSPI, PNAB. Discorre sobre as diretrizes e as sete ações estratégicas para a operacionalização das diretrizes.

D27	A revisão de literatura do estudo aborda o envelhecimento, a promoção da saúde e comportamentos relacionados à saúde da pessoa idosa. Em relação a políticas, menciona a PNSPI.
D28	O referencial teórico discorre sobre o envelhecimento, mencionando o Estatuto do Idoso e a PNSPI.
D29	Aborda o envelhecimento/transição demográfica, discorrendo com mais afinco o histórico do SUS e a ESF; menciona a PNAB e a PNSPI.
D30	Aborda o envelhecimento e as políticas públicas de atenção à pessoa idosa: Constituição Federal, PNI, Estatuto do Idoso, PNSI, Pacto pela Saúde, PNSPI, PNAB. Foca na atenção básica e no NASF.
D31	O referencial teórico foca na realidade brasileira, discorrendo sobre as transformações demográficas/envelhecimento, abordando a Conferência Nacional de Saúde, a Constituição Federal, o SUS (lei nº 8.080/90), o PNI, o PNSI, o Estatuto do Idoso, o Pacto pela Vida, a ESF e a PNSPI.
D32	A pesquisa aborda a origem e desenvolvimento do SUS, e a regulamentação das políticas: PNI, o Estatuto do Idoso e a PNSPI. Apresenta um referencial teórico com as políticas internacionais e nacionais para as pessoas idosas.
D33	O estudo discorre sobre políticas públicas e envelhecimento. Em relação ao Brasil, explana sobre os marcos políticos e legais relacionados à pessoa idosa. Aborda a Constituição Federal, PNI, PNSI, Estatuto do Idoso e a PNSPI.
D34	O marco teórico do estudo discorre sobre o envelhecimento populacional e percorre a trajetória histórica das políticas públicas e saúde direcionadas às pessoas idosas: Constituição Federal, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), PNI, PNSI, Estatuto do Idoso, Pacto pela Saúde e a PNSPI.
D35	O referencial teórico da pesquisa aborda o processo histórico das políticas públicas e a saúde da pessoa idosa. Aborda desde os acontecimentos internacionais (Assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento) as iniciativas para o desenvolvimento de políticas públicas brasileiras (criação da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (1961); a Diretrizes para a Política Nacional para a Terceira Idade (1976); Constituição Federal de 1988; criação do SUS (Lei nº8.080/90); PNI; PNSI; Estatuto do Idoso; Pacto pela Vida; PNSPI; PNAB - ESF.
T1	A pesquisa apresenta um aparato histórico de políticas públicas nacionais e internacionais até a PNSPI. Aborda; Constituição de 1988, Plano de Ação Internacional de Viena 1982, Plano de Madri 2002, Aprovação do Sistema Único de Saúde 1988, Política Nacional do Idoso 1994, Política Nacional de Saúde do Idoso 1999, Assembleia Mundial do Envelhecimento que resultou no Plano de Ação

	Internacional para o Envelhecimento, Estatuto do Idoso 2003, PNSPI 2006, Pacto pela Saúde 2006, Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde 2004.
T2	A tese apresenta um panorama do envelhecimento populacional e histórico das políticas públicas para a pessoa idosa: Constituição Federal, PNI, PNSI, Estatuto do Idoso, Pacto pela Saúde, PNSPI, SUS - Atenção básica - ESF.
T3	A tese apresenta um extenso referencial teórico, percorrendo a história da construção das políticas de saúde da pessoa idosa no Brasil, relacionando-a com a promoção da saúde e envelhecimento saudável, além de descrever como se encontra na atualidade a legislação brasileira no tocante a temática da pessoa idosa, buscando situá-la no contexto histórico-social onde é praticada. Aborda: Declaração do Direitos Humanos, I Assembleia Mundial do Envelhecimento - Plano de Ação Internacional de Viena, Carta de Ottawa, Convenção Americana de Direitos Humanos - Protocolo de San Salvador, Programa de Ação de Cairo, Constituição Federal de 1988, PNI, Estatuto do Idoso, Contextualiza a construção do Sistema de Saúde Brasileiro até a criação do SUS, ESF, Pacto pela Saúde, PNSPI.
T4	A tese discorre, na introdução, sobre o SUS e a ESF, abordando a proposta da PNSPI.
T5	Apresenta breve retrospectiva histórica das políticas públicas e de saúde que possuem interface com as pessoas idosas brasileiras e o processo de envelhecimento. Aborda: Conferências Nacionais de Saúde, Declaração de Alma-Ata, Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, VIII Conferência Nacional de Saúde (1986), Constituição Federal de 1988, implantação do SUS, PNI, Estatuto do Idoso, Política de Promoção à Saúde, PNSPI, Pacto pela Saúde, Política Nacional de Humanização, Política Nacional da Atenção Básica (PNAB).
T6	O referencial teórico da pesquisa aborda o processo histórico do envelhecimento na agenda de programas e políticas públicas. Aborda desde os acontecimentos internacionais (Assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento, Assembleia Geral da ONU de 1991, Conferência Mundial sobre Envelhecimento de Madri) às iniciativas para o desenvolvimento de políticas públicas brasileiras (Programa de Assistência ao Idoso; a Diretrizes para a Política Nacional para a Terceira Idade (1976); Projeto de Apoio à Pessoa Idosa; Constituição Federal de 1988; PNI; PNSI; Estatuto do Idoso; Pacto pela Vida; PNSPI; PNAB - ESF).
T7	Um dos fundamentos teóricos da tese diz respeito a legislação em saúde, abordando a Constituição Federal, Carta Magna, Lei nº8.080/90 (SUS), leis federais, Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP), Estatuto do Idoso, Pacto pela Saúde, PNSPI.

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Quadro 04 - Respostas das pesquisas em relação às perguntas norteadoras: De que maneira a PNSPI é abordada no estudo? O estudo menciona a implementação da PNSPI?

Pesquisa	Abordagem da PNSPI e Menção à implementação da PNSPI nos estudos
D1	A PNSPI é abordada uma vez que o estudo objetiva avaliar a implementação da PNSPI na gestão municipal de Fortaleza-CE; como também analisar os aspectos de descentralização de ações e serviços de saúde voltados à pessoa idosa nos níveis municipal e regional, além de investigar a intersetorialidade na elaboração de ações e serviços de atendimento à pessoa idosa no município de Fortaleza-CE.
D2	A PNSPI é abordada, pois o objetivo do estudo é verificar a implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, especificamente no que se refere à formação profissional, nos cursos de graduação em Saúde da UFF. O autor escreveu 2 artigos: 1) articula o direcionamento da política pública de educação superior no Brasil e algumas repercussões na formação dos profissionais de saúde, ponderando a inclusão de disciplinas específicas do campo do envelhecimento nas grades curriculares; 2) trata-se especificamente da implementação do conteúdo de Geronto/Geriatria em oito cursos de Saúde da Universidade Federal Fluminense.
D3	O estudo teve como objetivo principal analisar o processo de implantação da PNSPI no Município de Campos dos Goytacazes – RJ com ênfase na qualificação dos trabalhadores de nível médio e técnico em saúde. Especificamente, busca caracterizar a trajetória de qualificação profissional dos trabalhadores de nível médio e técnico envolvidos na PNSPI no município estudado e identificar demandas para a formação e educação permanente, além da identificação de obstáculos para a plena efetivação dessa política em Campos dos Goytacazes.
D4	O objetivo do estudo é aferir os obstáculos a serem transpostos pelas pessoas idosas no exercício de sua cidadania, nas suas demandas de lazer e saúde, buscando identificar as condições e regularidades da prática do lazer e a relação deste com as condições de saúde dos atores estudados. Aborda a PNSPI por ser uma importante política a respeito das pessoas idosas, para embasamento, uma vez que a política visa promoção da saúde, participação cidadã, profissionais de saúde qualificados. A implementação é indiretamente mencionada.
D5	A PNSPI é abordada, uma vez que o estudo busca identificar e avaliar, além do perfil sociodemográfico, o nível de independência funcional de pessoas idosas restritas ao lar em território de uma Unidade de Saúde da Família da Região Metropolitana da Grande Vitória e também aborda a relevância da estratégia saúde da família; e para embasar a pesquisa faz uso da PNSPI. Não menciona a implementação da Política.
D6	O estudo é sobre a estratégia saúde da família, mais especificamente, sobre a atuação e importância do agente comunitário de saúde, assim sendo, o estudo aborda a PNSPI, uma vez que defende que a atuação do ACS tem um potencial latente para a operacionalização da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Assim, aborda a implementação da PNSPI indiretamente.

D7	O estudo aborda o papel da implementação da PNSPI em nível municipal, isto é, em Belo Horizonte. Após análise geral dos Planos Municipais de Saúde (PMS), debruça-se sobre as categorias analíticas definidas a partir da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI).
D8	O trabalho tem como objetivo analisar quais ações da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa são desenvolvidas em Presidente Kennedy-ES, identificando desafios e possibilidades para o seu desenvolvimento. Aborda a implementação da PNSPI, com foco na articulação das ações do Sistema Único de Saúde (SUS) com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), prevista na Política Nacional da Pessoa Idosa (2006), visando a integralidade na atenção.
D9	O estudo objetivou identificar a inserção das diretrizes propostas pela PNSPI na perspectiva dos profissionais que atuam na atenção básica do município de Diamantina (MG). Aborda a implementação das diretrizes da PNSPI por meio de profissionais de saúde da atenção básica do município.
D10	O objetivo do estudo é compreender a implementação da PNSPI, em especial o direito universal à saúde da pessoa idosa no que se refere à atenção básica em saúde. Assim, faz uma caracterização do município e apresenta a visão dos gestores em relação a PNSPI, visão dos profissionais sobre a saúde da pessoa idosa e organização da atenção básica e visão das pessoas idosas em relação ações e serviços da atenção básica.
D11	O objetivo do estudo é descrever a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e identificar os fatores socioeconômicos, hábitos de vida e vulnerabilidade de pessoas idosas de uma ESF de Manhuaçu-MG, focando na ESF. A implementação é indiretamente abordada.
D12	Aborda os direitos de saúde da Pessoa Idosa em consonância com a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, particularizando o trabalho do/a Assistente Social frente a essa temática. O estudo não menciona a implementação da PNSPI.
D13	O estudo teve por objetivo identificar indicadores para monitoramento da saúde da pessoa idosa a partir da perspectiva do envelhecimento ativo, conforme previsto na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) e no Pacto pela Saúde. Não menciona a implementação da Política de forma direta.
D14	O estudo foca na Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa que é um instrumento eficaz para um diagnóstico da situação do usuário e como forma de avaliar o tão desejado atendimento integral à saúde da pessoa idosa nas unidades de saúde, relacionando assim a PNSPI. Não menciona a implementação.
D15	Um dos objetivos do estudo é contextualizar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, mas o enfoque é identificar quais são as dificuldades que se apresentam para as

	famílias das pessoas idosas com classificação de risco frágil, no atendimento à saúde na atenção básica em Céu-Azul-PR. Aborda indiretamente a implementação da PNSPI.
D16	A PNSPI é abordada para embasamento teórico, não é objeto de estudo. O estudo menciona que a estruturação das políticas públicas de saúde deve estar fundamentada no diagnóstico de problemas específicos e que o estudo pode auxiliar os governantes quanto à formulação e adequação de políticas públicas. Não menciona a implementação.
D17	A PNSPI é abordada a fim de embasamento teórico. Os objetivos do estudo são identificar os fatores de riscos de quedas intrínsecos e extrínsecos das pessoas idosas octogenários no domicílio e relacioná-los com ações que visam monitorar e mitigar por meio das Políticas Públicas e discutir os resultados frente ao Programa Nacional de Segurança do Paciente e a PNSPI. Contudo, a PNSPI não é mencionada diretamente na discussão ou conclusão, apenas políticas públicas em geral e o programa de segurança do paciente. Não menciona a implementação.
D18	O objetivo geral da pesquisa é analisar as políticas sociais de Seguridade Social voltada para à pessoa idosa, com foco na saúde, no sentido de observar se tais políticas sociais se convergem e se estão estruturadas para oferecer proteção à população idosa. O estudo não foca na PNSPI, é mencionada por ter sido um marco legal avançado à proteção social da pessoa idosa. Não menciona a implementação.
D19	O objetivo geral da pesquisa é investigar a configuração da rede de apoio e as necessidades educacionais frente ao cuidado familiar de pessoas idosas dependentes no município de Coari (AM), com o intuito de contribuir com reflexões acerca das necessidades de se pensar em estratégias de implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. A implementação é abordada indiretamente.
D20	O objetivo do estudo é analisar os aspectos relativos às quedas em pessoas idosas internadas em um hospital de grande porte do Município de Fortaleza-CE. A PNSPI é utilizada no estudo para embasamento teórico de algumas constatações da pesquisa. A implementação é abordada indiretamente.
D21	O estudo tem por finalidade determinar a prevalência e etiologia do trauma bucomaxilofacial em pessoas idosas vítimas de trauma externo. A PNSPI é utilizada no estudo para embasamento teórico de algumas constatações da pesquisa. A implementação não é abordada.
D22	O estudo teve como objetivo investigar a percepção de profissionais das equipes de atenção primária de Arroio do Tigre/RS sobre as ações da política de promoção da saúde voltadas para as pessoas idosas, com vistas a contribuir no fomento de um entorno propício e favorável ao envelhecimento. Apresenta relação com a PNSPI, pois discorre sobre a política, relacionando-a com a PNPS em boa parte do estudo, além de

	como embasamento teórico na discussão. A PNSPI e a PNPS são as políticas norteadoras do estudo. O roteiro com as questões norteadoras foi elaborado pelas autoras com base na Política Nacional de Promoção da Saúde e Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. A implementação é abordada indiretamente.
D23	O estudo busca caracterizar o conhecimento de enfermeiros e médicos da ESF sobre as políticas públicas voltadas à pessoa idosa, logo, além de fazer parte do embasamento teórico, a PNSPI faz parte da análise que o estudo realiza com os profissionais participantes da pesquisa. A PNSPI é um documento que apresenta diretrizes que norteiam a ação dos profissionais de saúde, bem como a intersetorialidade e interdisciplinaridade. A implementação é abordada indiretamente.
D24	O objetivo geral desta pesquisa é analisar as políticas públicas de saúde direcionadas ao segmento de pessoas idosas, nos âmbitos nacional e municipal, tendo em vista os parâmetros internacionais. Neste contexto, a PNSPI foi amplamente abordada. O estudo menciona a implementação da PNSPI analisando as políticas municipais e distritais de saúde, as ações da atenção básica e o serviço municipal de atendimento domiciliar.
D25	O objetivo da dissertação é caracterizar a influência da ESF nas internações de pessoas idosas por diabetes mellitus (DM). Para isso, utiliza como referencial teórico a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI). Não menciona a implementação.
D26	Os objetivos do estudo são identificar na literatura científica a percepção do ACS acerca da atenção à saúde da pessoa idosa na atenção primária; desenvolver um curso de capacitação sobre a atenção a saúde da pessoa idosa para os ACS de uma Unidade Saúde da Família e Elaborar um plano de curso de capacitação sobre a atenção à saúde da pessoa idosa para os ACS. Tem relação com a PNSPI, uma vez que utiliza as diretrizes da política para embasamento teórico, principalmente a diretriz sobre educação permanente dos profissionais de saúde. A implementação é abordada indiretamente.
D27	O objetivo da pesquisa é mapear os comportamentos relacionados à saúde, a qualidade de vida e o ambiente a partir da percepção das pessoas idosas residentes na cidade de Canindé-CE. Aborda a PNSPI como embasamento teórico, utilizando a diretriz "promoção do envelhecimento ativo e saudável". A implementação não é abordada.
D28	O objetivo do estudo foi conhecer o atendimento do profissional enfermeiro e médico à pessoa idosa na atenção primária à saúde (APS). Aborda a PNSPI como embasamento teórico, uma vez que foca na atenção básica e a PNSPI é a política atual de saúde da pessoa idosa, e também foi questionado se os profissionais de saúde conheciam a política. A implementação da Política é abordada indiretamente.
D29	O estudo aborda a importância da visita domiciliar na ESF, em consonância com a

	PNSPI, ao qual traz que a ESF tem um papel fundamental no enfrentamento das necessidades de saúde das pessoas idosas e de seus familiares, através do cuidado domiciliar. A implementação da PNSPI é abordada indiretamente.
D30	A dissertação visa analisar as ações de promoção da saúde para pessoas idosas desenvolvidas por trabalhadores do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF – AB) e elaborar um Guia para profissionais sobre as ações de promoção da saúde à pessoa idosa. Aborda a implementação, pois analisa ações referentes às diretrizes e pressupostos da PNSPI na atenção básica desenvolvidas pelo NASF.
D31	Este estudo teve como objetivo analisar a efetividade de curso de aperfeiçoamento em envelhecimento e saúde da pessoa idosa na implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), a partir da percepção dos profissionais de saúde egressos do curso.
D32	A pesquisa visa avaliar o serviço de saúde pública dedicado às pessoas idosas, de forma a comparar o estabelecido em lei com o realmente praticado. A PNSPI foi utilizada no embasamento teórico, e suas diretrizes como referencial para a criação dos questionários da pesquisa, além de embasar a análise dos resultados da pesquisa. A implementação da PNSPI é abordada indiretamente.
D33	O principal objetivo deste estudo é compreender qual a concepção de velhice e de envelhecimento que embasa determinados documentos de políticas públicas direcionadas às pessoas idosas no Brasil e no Uruguai. Um dos documentos analisados é a PNSPI. Não menciona a implementação, apenas faz uma análise da própria política.
D34	O presente estudo teve como objetivo analisar a atuação do médico e do enfermeiro na atenção à pessoa idosa na ESF, no Distrito Sanitário VI, da cidade do Recife-PE. Como o foco é na ESF e, em especial, na atuação do enfermeiro e médico no cuidado da pessoa idosa, o principal documento norteador é a PNSPI (integralidade do cuidado, capacitação profissional). A implementação da PNSPI é indiretamente abordada.
D35	O estudo buscou compreender o processo de formação dos profissionais de saúde de nível superior, sobre a saúde da pessoa idosa nas unidades básicas de saúde da família do município de Aparecida de Goiânia. Um dos principais embasamentos teóricos do estudo são as diretrizes da PNSPI. A implementação da PNSPI é indiretamente abordada.
T1	Os objetivos do estudo são analisar as ações governamentais no âmbito municipal na implementação da PNSPI e como se articulam com a ANPPS; e analisar o acesso e a apropriação da ciência e tecnologia em saúde no processo de implementação da PNSPI. É abordado um estudo sobre representações sociais e, na tese, a PNSPI é o

	objeto de estudo da teoria das representações sociais. Dessa forma, a tese estuda os atores envolvidos com a política.
T2	O objetivo é compreender a atenção à saúde da pessoa idosa vítima de violência no sistema de saúde de Sobral (CE), a partir dos discursos de profissionais que integram a gestão e a assistência, considerando o Princípio da Integralidade. Aborda a PNSPI para embasamento teórico e focar na Atenção Básica, estudando a saúde da pessoa idosa e, principalmente, violência contra a pessoa idosa. A implementação é abordada indiretamente.
T3	O objeto de estudo da tese é a Política de Atenção à Saúde do Idoso e, mais especificamente, como esta vem se efetivando no cotidiano dos serviços de saúde do município de Mossoró, para dar conta das necessidades explicitadas pelos seus sexagenários. Analisa se a implementação da política de atenção à saúde da pessoa idosa tem por base os princípios e diretrizes da PNSPI e, como fio condutor à promoção da saúde basilar para um envelhecimento saudável.
T4	O objetivo desta tese foi avaliar o desempenho dos serviços de atenção básica no atendimento domiciliar às pessoas idosas, os fatores associados e as características do acesso, segundo os modelos de atenção estratégia Saúde da Família e Tradicional. A PNSPI foi utilizada como parte do embasamento teórico e a implementação foi indiretamente mencionada.
T5	O objetivo geral do estudo é desvelar o evento de quedas e compreender o impacto destas na saúde e capacidade funcional de pessoas idosas e respectivos familiares da cidade de Manaus/AM. Logo, por abordar o envelhecimento e focar nas pessoas idosas, discorre sobre as políticas públicas voltadas às pessoas idosas no referencial teórico. Em relação à PNSPI, menciona que a política apresenta diretrizes e prioridades relacionadas ao SUS. Aborda a indiretamente a implementação.
T6	O estudo teve por objetivo analisar a inserção da temática Saúde da Pessoa Idosa em graduações da área de saúde nas universidades públicas do estado do Rio de Janeiro. Um dos embasamentos da pesquisa foi a PNSPI, pois a Política prevê a necessidade de adequar currículos e inserir, nos diversos níveis de ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento. A implementação foi indiretamente abordada.
T7	O estudo compara frequência e custos de internações de pessoas idosas dos municípios da 10ª Região de Saúde de Porto Alegre, complementando com opiniões de seus gestores, para elaborar perspectivas e disponibilizar elementos que auxiliem a melhora desse atendimento e a gestão das ações de Saúde. Aborda a PNSPI, como embasamento teórico, principalmente a intersetorialidade dos serviços. A implementação é tratada indiretamente.

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Quadro 05 - Respostas das pesquisas em relação à pergunta norteadora: O que o estudo apresenta sobre as principais dificuldades e/ou desafios acerca da implementação da PNSPI?

Pesquisa	Principais dificuldades e/ou desafios acerca da implementação da PNSPI
D1	<ol style="list-style-type: none"> 1. A Coordenação Municipal de Saúde do Idoso é composta apenas pela coordenadora, logo, a ausência ou falta dessa coordenadora compromete o andamento e continuidade da política/do desenvolvimento do trabalho. 2. Tanto a coordenação municipal da Secretaria Municipal de Saúde quanto os técnicos coordenadores dos Distritos de Saúde das Secretarias Executivas Regionais são profissionais terceirizados, o que favorece a rotatividade dos técnicos, que pode contribuir para a descontinuidade das ações implementadas da Política. 3. Espaço físico limitado na coordenação da atenção básica, área técnica de saúde da pessoa idosa, distritos de saúde das secretarias executivas regionais - o que dificulta o desempenho das funções, incluindo as ações de saúde da pessoa idosa.
D2	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de profissionais em número suficiente para atendimento às necessidades desta população. 2. Necessidade de formação de equipes multiprofissionais e interdisciplinares com conhecimento em envelhecimento e saúde da pessoa idosa. 3. A implementação das mudanças propostas na PNSPI, relativas à formação profissional em saúde, ocorre em ritmos diferentes em cada um dos cursos.
D3	<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice crescente da violência contra a pessoa idosa aliada à falta de preparo dos profissionais na identificação dos casos. 2. Precarização no processo laborativo e de formação dos trabalhadores de nível médio e técnico. 3. Insuficiência de articulações intersetoriais.
D4	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de orçamento para os serviços. 2. Distanciamento entre o que preconiza a Política e a realidade enfrentada pelas pessoas idosas.
D5	<ol style="list-style-type: none"> 1. Necessidade de capacitação adequada dos profissionais de saúde no que tange às especificidades das pessoas idosas e ao processo de envelhecimento. 2. Ausência de profissional fisioterapeuta.
D6	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os ACS participantes do estudo conheciam a existência da PNSPI, mas não seu conteúdo. 2. Descompasso e falta de diálogo entre a PNSPI e a ESF. 3. Necessidade de capacitação adequada pelos ACS frente à temática da saúde da pessoa idosa.

D7	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de objetivos, metas e indicadores relacionados ao público de pessoas idosas quando comparados aos outros grupos etários. 2. Não foram encontradas evidências de uma linha de cuidados da pessoa idosa como eixo central norteador e integrador. 3. Ausência de acompanhamento de “quais” e “como” as diretrizes estão sendo cumpridas.
D8	<ol style="list-style-type: none"> 1. As ações da PNSPI, no que concerne às atribuições do gestor municipal, implementadas parcialmente, são aquelas vinculadas à política pública de assistência social, especialmente de proteção social básica. 2. Ausência de ações específicas voltadas à promoção da saúde da pessoa idosa a fim de promover um envelhecimento saudável, garantindo o bem-estar social, físico e psicológico, conforme é preconizado na PNSPI. 3. Ausência de intersetorialidade, pois o que se são ações pontuais entre um setor ou outro, por meio de conversas e acordos informais de cooperação entre setores e secretarias.
D9	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de capacitação dos profissionais de saúde em atender as demandas da pessoa idosa. 2. Ausência de integração das unidades de atenção básica à rede de saúde para garantir a oferta de serviços e ações para resolver as necessidades mais complexas desta população 3. Carência de uma equipe multiprofissional para apoio e integralidade do atendimento.
D10	<ol style="list-style-type: none"> 1. O estudo conclui que não há uma PNSPI implementada no município pesquisado. 2. Baixa participação das pessoas idosas na gestão das políticas públicas de saúde. 3. Fragilidade na articulação/intersetorialidade entre gestores e setores. 4. Incoerência entre as responsabilidades institucionais e a atuação dos gestores. 5. Precário acesso e utilização dos serviços de saúde pelas pessoas idosas. 6. Deficiências no cuidado compartilhado com outros serviços - intersetorialidade. 7. Distância entre o estabelecido na legislação brasileira e a realidade da população idosa.
D11	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de capacitação adequada de toda equipe de saúde da família para a detecção de pessoas idosas com risco de declínio funcional, para assim, formular ações específicas e individualizadas para essa pessoa idosa, prevenindo a vulnerabilidade,
D12	<ol style="list-style-type: none"> 1. Distância entre os direitos da pessoa idosa no âmbito da saúde e a efetividade/aplicação efetivas das normas protetivas.
D13	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os Sistemas Nacionais de Informações em Saúde não são suficientes para o acompanhamento da saúde das pessoas idosas na perspectiva do

	<p>envelhecimento ativo, que é referência na PNSPI.</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Necessidade de indicadores de saúde para contemplar as variadas dimensões sobre o estado de saúde das pessoas idosas.
D14	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de estímulo de profissionais à utilização da Caderneta da Pessoa Idosa.
D15	<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviços de saúde fragilizados e fragmentados. 2. Precariedade da proteção social da pessoa idosa no que tange a efetividade das políticas sociais. 3. Ausência de investimento e orçamento público para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas, na perspectiva da ampliação da cidadania.
D16	<ol style="list-style-type: none"> 1. Necessidade de reestruturação e implementação de novos programas de promoção e prevenção de agravos que acometem a pessoa idosa, como a hipertensão e depressão, visando uma melhor qualidade de vida para esta população.
D19	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de capacitação adequada de profissionais integrantes da equipe ESF para atender a pessoa idosa e a família no ambiente domiciliar.
D23	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desconhecimento de políticas públicas por parte dos profissionais de saúde. 2. Ausência de capacitação e visão ampliada do envelhecimento de enfermeiros e médicos da ESF. 3. Ausência de divulgação da PNSPI.
D24	<ol style="list-style-type: none"> 1. As políticas PNSI, Política do Envelhecimento Ativo e PNSPI apesar de preverem diversas ações, apresentam lacunas e omissões no que diz respeito à metodologia e operacionalização da maioria das medidas previstas. Muitas vezes são apenas mencionadas, restando explicar como, onde, quando e por quem serão realizadas. 2. Ausência de acompanhamento e avaliação contínua das ações propostas pelas políticas. 3. Distância entre a legislação relativa aos cuidados da população idosa e a prática, o que torna urgente operacionalizar ações já previstas e incluir outras que forem necessárias.
D25	<ol style="list-style-type: none"> 1. Necessidade de ações de educação continuada (formação, capacitação, atualização, etc.) dos profissionais atuantes na ESF nos temas da Geriatria e Gerontologia e Assistência e Gestão para a Saúde da Pessoa Idosa. 2. Necessidade de implementação de protocolos – de caráter multidimensional e não somente clínico – para acompanhar as pessoas idosas e antecipar agravos, potenciais causadores de internações, incapacidades e óbitos precoces. 3. Necessidade de estratégias intersetoriais.

D26	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de capacitação desse profissional para o desenvolvimento de ações e atividades junto à pessoa idosa.
D28	<ol style="list-style-type: none"> 1. Baixa adesão dos profissionais em atividades de educação continuada e permanente relacionados à gerontologia. 2. Falta de compreensão total da PNSPI e valorização da atuação multidisciplinar com o objetivo de prevenção à saúde e promoção de agravos da população em questão.
D30	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de ações que informam às pessoas idosas sobre seus direitos, estímulo à participação nos conselhos de saúde locais e conselhos comunitários onde a pessoa idosa possa ser ouvida, e ações que incentivem a prevenção primária.
D31	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de profissionais capacitados. 2. Quantidade reduzida de profissionais disponíveis para atuar junto às necessidades da pessoa idosa.
D32	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de informação por parte dos gestores das unidades de saúde em relação às ações que estão sendo desenvolvidas sob sua gestão. 2. Falta e deficiência de equipes de trabalho. 3. Falta de capacitação dos profissionais, tendo em vista a necessidade de cuidados específicos que a pessoa idosa demanda, pois este requer abordagem global e multidimensional. 4. Falta de estrutura física das unidades para promover ações coletivas com as pessoas idosas.
D34	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de capacitação em temáticas referentes ao envelhecimento e saúde da pessoa idosa. 2. O elevado quantitativo de pessoas sob a responsabilidade de cada equipe da Estratégia Saúde da Família. 3. Descontinuidade da atenção à pessoa idosa pelas restritas ofertas de referências especializadas e a desarticulação entre os profissionais da atenção básica e os profissionais de níveis mais complexos de atenção.
D35	<ol style="list-style-type: none"> 1. A organização do serviço ainda é centrada no atendimento e não na atenção. 2. Desconhecimento sobre a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa por parte dos profissionais de saúde. 3. Falta de conhecimento e especializações sobre a saúde da pessoa idosa por parte dos profissionais de saúde, desde a graduação.
T1	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de articulação da PNSPI com as práticas e ações locais. 2. Desconhecimento da Política - “A PNSPI completou 10 anos em 2016 e não foi sequer compreendida efetivamente pelos seus responsáveis.” 3. Invisibilidade da pessoa idosa - “Estamos envelhecendo em uma sociedade que não percebe a pessoa idosa como cidadã, não aproveita suas potencialidades e

	“não fortalece a interdisciplinaridade, a intersetorialidade e a pesquisa em saúde.”
T2	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fragmentação da rede assistencial de saúde em relação a linha de cuidado da pessoa idosa. 2. Necessidade de avançar na organização de estrutura, referência e contra-referências. 3. Necessidade de capacitação de profissionais em geriatria e gerontologia. 4. Ausência de financiamento, a infraestrutura e a possibilidade ampliação da rede a curto ou médio prazo, o quantitativo de pessoal e a dificuldade de locação destes em alguns espaços de atendimento; a inadequação da formação em saúde.
T3	<ol style="list-style-type: none"> 1. Difícil acesso à saúde, ao transporte público e a crescente insegurança da pessoa idosa. 2. Distância da Política para a realidade - “Em Mossoró, ainda não é possível visualizar preocupação com o cumprimento das diretrizes propostas pela PNSI, vendo muito mais a ocorrência de ações pontuais para dar conta de uma situação emergente”.
T5	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de capacitação dos profissionais em relação às especificidades e necessidades das pessoas idosas.
T6	<ol style="list-style-type: none"> 1. Necessidade de formação acadêmica adequada ao envelhecimento - “A inserção da temática nos currículos se dá mais por meio da abordagem das doenças comuns ao envelhecimento do que pelo aspecto da promoção da saúde e das políticas públicas”.
T7	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de clareza da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa - “não vincula recursos financeiros para a viabilização das ações de Saúde, bem como não determina critérios de medida à efetividade de seu cumprimento.”

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Quadro 06 - Respostas das pesquisas em relação à pergunta norteadora: O que o estudo cita sobre o orçamento da Política?

Pesquisa	Orçamento e/ou financiamento da Política
D1	O estudo cita a falta de orçamento como uma das principais limitações da pesquisa. A coordenação municipal não dispõe de orçamento para desenvolver as ações previstas na PNSPI no município de Fortaleza. Também não há orçamento para a saúde da pessoa idosa a nível da secretarias executivas regionais e dos distritos de saúde, inviabilizando ações para a população idosa também nesses níveis de hierarquia.

D7	O estudo revela que é interessante observar que não há recursos municipais, destinados às pessoas idosas, relatados nos Relatórios Financeiros analisados. Outro documento precisou ser analisado: “há um instrumento específico sobre os recursos destinados às políticas públicas para esse público chamado Orçamento Temático do Idoso (OTI). De acordo com o OTI, nenhum recurso da área da saúde é destinado especificamente para a pessoa idosa.”
D10	O estudo apresenta que é imprescindível o investimento financeiro por parte da gestão para a ampliação e qualificação das ações na atenção básica. Porém, é notável que o orçamento destinado pelo Estado ainda é mínimo diante das necessidades de saúde da população brasileira. “Conforme o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, o principal desafio para a implementação da PNSPI no município são os recursos orçamentários - se a verba não vier carimbada que é para a área da pessoa idosa, pode ser gasta em outros projetos.” “Quanto aos recursos orçamentários e financeiros para a implementação da PNSPI na região, a gestora estadual refere que no momento não há recursos para tal. Neste sentido, fala da necessidade de busca por editais do governo federal que financiem ações para a saúde da pessoa idosa. Além disso, relata a importância de implementação da PNSPI nos municípios para a criação de fundos orçamentários.”
D23	O estudo não aborda o orçamento da PNSPI, mas que os recursos destinados ao SUS são insuficientes.
D24	Em relação ao orçamento da política, o estudo apenas cita que, conforme a PNSPI, é de responsabilidade dos gestores.
D25	Apenas cita sobre o financiamento do SUS.
T2	A tese menciona que em relação à operacionalização dos preceitos das políticas específicas de saúde, há problemas que não foram destacados no estudo, mas que interferem na eficácia e efetividade, e o financiamento é um dos principais problemas.
T5	Ao discorrer sobre o processo histórico das políticas públicas, apresentar as leis e principalmente ao abordar o SUS, houveram menções ao financiamento, mas a fim de explicar melhor o documento que estava sendo descrito, não houve aprofundamentos. E em relação ao orçamento da PNSPI, nada foi citado.

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com os resultados dos quadros, torna-se possível fazer uma análise profunda acerca das respostas das teses e dissertações sobre a temática da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.

4.1 Análise da Formulação da PNSPI

A formulação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa nas teses e dissertações selecionadas é apresentada no que concerne ao histórico que culminou na criação da Política, não na sua real redação/processo de elaboração e produção. Os estudos tendem a relatar/citar os acontecimentos que ocorreram, tanto no âmbito internacional, como nas pesquisas D1, D5, D11, D18, D22, D23, D24, D25, D32, D35, T1, T3, T5, T6 e T7, quanto no cenário brasileiro. Cabe ressaltar que os documentos nacionais mais citados, previamente a PNSPI, são a Constituição Federativa do Brasil de 1988, a Política Nacional do Idoso de 1994 e o Estatuto do Idoso.

A Constituição Federal de 1988 é um marco na história do Brasil, pois representa a consolidação dos princípios democráticos, a garantia de direitos fundamentais para todos os cidadãos e o estabelecimento de um modelo de Estado que busca promover a justiça social e o desenvolvimento humano sustentável (Brasil, 1988). A Política Nacional do Idoso (Brasil, 1994), assegurou os direitos sociais da pessoa idosa, e o Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003) foi criado para regular e assegurar os direitos e garantias às pessoas idosas; determinou a faixa etária da pessoa idosa, definiu uma série de prioridades da pessoa idosa, dentre outros (Brasil, 2003; Costa, 2023).

4.2 Análise da Abordagem e Implementação da PNSPI

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa foi abordada de duas formas predominantes: a) como referencial teórico, visto que a dissertação ou tese pretendia fazer uma pesquisa a respeito da população idosa relacionada a algum recorte específico de saúde, do profissional de saúde ou da atenção básica, por conseguinte, utilizou a finalidade, as diretrizes ou outro aspecto tratado na Política para embasar o estudo, como observado nos estudos D3, D4, D5, D6, D11, D12, D13, D14, D15, D16, D17, D18, D19, D20, D21, D22, D23, D25, D26, D27, D28, D29, D30, D32, D34, D35, T2, T4, T5, T6 e T7; ou b) como o objeto de estudo da tese ou dissertação, seja em relação diretamente a implementação do Política em algum cenário de saúde, como nos estudos D1, D2, D7, D8, D9, D10, D31 e T1, ou seu conteúdo sendo alvo de análise do pesquisador, conforme as pesquisas D24, D33 e T3. Assim sendo, é notável que a PNSPI é abordada mais para embasamento teórico do que analisada no tocante à sua implementação.

4.3 Análise das principais Dificuldades/Desafios da implementação da PNSPI

O questionamento acerca das principais dificuldades e/ou desafios da implementação da Política apresentados nas teses e dissertações foi a pergunta norteadora que mais gerou respostas, mesmo que não tenha sido respondida por todas as 42 pesquisas. Os estudos D17, D18, D20, D21, D22, D27, D29, D33 e T4 não abordaram os desafios da PNSPI. A análise dos resultados permite elencar as dificuldades e/ou desafios mais relatados nos estudos:

- Falta de formação dos profissionais de saúde/equipes multiprofissionais e interdisciplinares acerca do processo de envelhecimento e cuidados específicos da pessoa idosa. Evidenciado pelos estudos: D2, D3, D5, D6, D9, D11, D14, D19, D23, D25, D26, D28, D31, D32, D34, D35, T2, T5 e T6.
- Distanciamento do preconizado pela Política em comparação à realidade. Evidenciado pelos estudos: D4, D6, D7, D8, D10, D12, D15, D24, D35 e T3.
- Ausência ou insuficiência de intersetorialidade entre as áreas e serviços. Evidenciado pelos estudos: D3, D8, D9, D10, D15, D25, D34, T1 e T2.
- Falta de profissionais de saúde para atender a demanda. Evidenciado pelos estudos: D1, D2, D5, D9, D31, D32, D34 e T2.
- Desconhecimento da PNSPI e outras políticas públicas pelos profissionais de saúde, os gestores, os usuários e as próprias pessoas idosas. Evidenciado pelos estudos: D6, D23, D28, D35, T1 e T7.
- Falta de investimentos e orçamentos. Evidenciado pelos estudos: D4, D15 e T2.
- Ausência ou insuficiência de acompanhamento e avaliação da implementação da PNSPI. Evidenciado pelos estudos: D7, D13 e D24.
- Ausência ou carência de ações voltadas às pessoas idosas. Evidenciado pelos estudos: D8, D16 e D30.
- Espaço físico limitado para comportar profissionais ou usuários. Evidenciado pelos estudos: D1, D32 e T2.
- Ausência de participação de pessoas idosas na gestão de políticas públicas. Evidenciado pelos estudos: D10 e D30.
- Precarização do acesso de pessoas idosas aos serviços de saúde. Evidenciado pelos estudos: D10 e T3.

Dessa forma, é perceptível que a PNSPI e as políticas públicas, em geral, não são implementadas em sua totalidade, não atendendo integralmente as necessidades das pessoas idosas e falhando na promoção de um envelhecimento saudável.

4.4 Análise sobre o Orçamento da PNSPI

Pouquíssimas teses e dissertações abordam a questão orçamentária da Política, como pode ser visto no Quadro 07, sendo ainda que dentre as respostas do quadro, a maioria não diz respeito à PNSPI, mas sim ao fato de que algum financiamento foi citado no estudo. Os autores de D1, D7 e D10 abordam que uma das principais dificuldades da implementação da PNSPI é a ausência de orçamento/financiamento para colocar em prática as ações e diretrizes preconizadas na Política, como também citam que não há recursos financeiros destinados à saúde da pessoa idosa. Inclusive D10 cita que se a verba não estiver “carimbada” para a área da pessoa idosa, provavelmente será destinado a outra área. Os estudos D23, D25 e T5 apenas fazem menção ao financiamento do SUS, ao discorrer sobre o SUS no referencial teórico.

5. DISCUSSÃO

O envelhecimento populacional brasileiro é incontestável. O aumento do número de pessoas idosas está relacionado com o aumento da expectativa de vida e a transição demográfica, tendo em vista a diminuição das taxas de mortalidade e fecundidade (Ferreira et al., 2023), como também a melhora dos serviços das condições de vida e trabalho dos indivíduos, embora seja de conhecimento geral que o envelhecimento não é homogêneo entre as pessoas idosas.

Políticas Públicas destinadas às pessoas idosas são de suma importância para a atenção integral a essa parcela da população. Neste cenário, a presente pesquisa buscou analisar o que tem sido abordado no que concerne a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), que é a atual política de saúde para a pessoa idosa mais relevante da legislação brasileira. Os resultados do estudo evidenciam que ainda há muitos desafios a serem combatidos para a implementação de todas as diretrizes preconizadas na PNSPI. A Política será o principal referencial para analisar os achados desta pesquisa.

As políticas públicas são formuladas com base nos diversos atores, instituições e cenários que estão presentes, sendo moldadas em defesa de uma ideia, crença ou interesse. Dessa forma, estudar o processo histórico de uma política pública significa envolver os fatores que interagem e influenciam na construção da política (Almeida; Gomes, 2017). Tendo em vista esse preceito, o presente estudo analisou que as teses e dissertações abordaram

o processo histórico que culminou na criação da PNSPI. Indo ao encontro também da própria PNSPI, que em seu texto, aborda uma introdução que contempla a legislação brasileira voltada à saúde da pessoa idosa (Brasil, 2006). Mesmo que a formulação, no requisito de elaboração de fato da Política não tenha sido apresentado nos estudos, conhecer a história que influenciou a decisão da criação de um política é de grande valia, pois permite conhecer o cenário/contexto, os atores envolvidos e as problemáticas que culminaram na necessidade de tal legislação.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Brasil, 2006) apresenta por finalidade recuperar, manter e promover a autonomia e independência das pessoas idosas, por meio de medidas coletivas e individuais de saúde, isto é, favorecer o envelhecimento saudável e cidadão, além de oferecer um cuidado integralizado a pessoa idosa. Sendo assim, a PNSPI é alvo de diversos estudos, seja para analisar sua implementação ou como embasamento teórico de outras pesquisas, como corrobora os resultados de análise deste estudo.

Adentrando a implementação e desafios/dificuldades da PNSPI, o estudo verificou que a Política não é implementada em sua totalidade dentro do sistema de saúde brasileiro e na sociedade. Foi analisado que os profissionais de saúde não apresentam formação necessária sobre a saúde da pessoa idosa; a legislação da Política não condiz com a realidade; não há intersetorialidade entre setores; não há profissionais de saúde suficiente; as pessoas não conhecem as políticas públicas; ausência de investimentos orçamentários para a saúde da pessoa idosa; não há um eficaz acompanhamento ou avaliação sobre a implementação da Política.

Em relação a formação dos profissionais de saúde, segundo Grave, Rocha e Périco (2013), em um estudo sobre a formação do profissional fisioterapeuta, os profissionais de saúde geralmente não veem a pessoa idosa com necessidades diferentes e específicas das demais pessoas adultas, por conseguinte, na formação acadêmica os discentes não são fomentados a colocar em prática os conhecimentos de gerontologia. Um estudo de Rodrigues (2017), sobre a abordagem da enfermagem gerontológica nos cursos de enfermagem das universidades públicas brasileiras, foi descrito que, em relação a disciplinas, a atenção à saúde da pessoa idosa esteve presente em todos os cursos analisados. Pode-se analisar, então, que o estudo sobre a saúde da pessoa idosa na graduação, apesar de estar presente nos cursos da saúde, há uma falha na formação que deve ser investigada, já que de acordo com parte dos autores analisados, os profissionais de saúde não se sentem preparados para atender a pessoa idosa e suas especificidades.

No que concerne aos profissionais de saúde já graduados, profissionais do sistema de saúde, cabe salientar a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), que caracteriza-se como aprendizagem no ambiente de trabalho, em que aprender e ensinar são incorporados a organização e atividade laboral (Brasil, 2018). Isto é, os profissionais de saúde podem aprender sobre o envelhecimento e suas particularidades no próprio ambiente de inserção profissional. Além de que seria fundamental que buscassem especializações na saúde da pessoa idosa, a fim de melhorar o cuidado designado a essa parcela da população.

Outro desafio averiguado no estudo, foi o desconhecimento da PNSPI pelos profissionais de saúde, usuários do SUS e até gestores de saúde. Esse achado contraria a PNSPI, uma vez que uma das diretrizes envolve a divulgação e informação da Política, por intermédio de materiais de divulgação, ações inovadoras de divulgação em diferentes linguagens culturais, articulação de experiências de educação popular, dentre outros (Brasil, 2006). Seria relevante a promoção de cursos ou atividades para abordar a PNSPI e outras políticas públicas para a comunidade de profissionais da saúde, em sua ampla caracterização, desde os que estão na assistência aos da gestão.

A respeito da Intersetorialidade, apontada como ausente em algumas teses e dissertações analisadas, conforme Mendonça e Lanza (2021), a intersetorialidade proporciona aos profissionais de saúde meios de ampliar a resolutividade e a integralidade do cuidado, respondendo de forma mais eficaz os problemas. A PNSPI (Brasil, 2006) aborda como terceira diretriz “estímulo às ações intersetoriais, visando à integralidade da atenção”, que fundamenta-se no estabelecimento de relações com parceiros, órgãos governamentais e não governamentais que atuam com a população idosa a fim de estabelecer consolidação de compromissos multilaterais efetivos. A Política discorre sobre a articulação intersetorial na Educação, Previdência Social, Sistema Único de Assistência Social, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Urbano, Transportes, Justiça e Direitos Humanos, Esporte e Lazer, e Ciência e Tecnologia (Brasil, 2006). A falta de intersetorialidade é preocupante para a implementação da PNSPI, já que é essencial para a integralidade do cuidado da pessoa idosa, promoção da saúde e equidade. A carência de relação entre os variados setores da sociedade, falta de referência e contrarreferência, é propulsora do cuidado fragmentado e fragilizado, comprometendo o bem-estar da pessoa idosa.

Um dos desafios mais relevantes encontrados na atual pesquisa, em vista aos achados, é a falta de estudos sobre a questão orçamentária da PNSPI, como também a ausência de orçamento em si para a saúde da pessoa idosa. Contudo, a própria Política corrobora para essa deficiência, visto que a PNSPI responsabiliza o gestor federal, estadual e municipal para

definir os recursos financeiros e orçamentários para a implementação da Política (Brasil, 2006). A Política não define critérios claros que possam orientar os gestores a designar verbas à saúde da pessoa idosa, o que corrobora para uma negligência por parte desses administradores.

Por fim, no tocante ao resultado “falta de acompanhamento ou avaliação sobre a implementação da Política”, a PNSPI descreve “que estabelecer instrumentos de gestão e indicadores para o acompanhamento e a avaliação do impacto da implantação/implementação da Política” é de responsabilidade do gestor federal, estadual e municipal. Aborda também o Acompanhamento e Avaliação em seu último tópico do texto da Política, disserendo que o acompanhamento e avaliação será por intermédio de resultados produzidos pelos diversos setores “pelas informações produzidas pelos diferentes planos, programas, projetos, ações e/ou atividades decorrentes desta Política Nacional”, como também avaliação do impacto da Política na vida da população idosa. A PNSPI também descreve que cabe ao gestor federal, estadual e municipal “estabelecer instrumentos e indicadores para o acompanhamento e avaliação do impacto da implantação/implementação desta Política” (Brasil, 2006). Contudo, os achados das teses e dissertações analisadas demonstram que a realidade diverge em parte da legislação.

Estabelecer indicadores para o acompanhamento da Política é necessário. Os indicadores sociais auxiliam na definição de prioridades e alocação de recursos. Indicadores, quando utilizados corretamente, têm o potencial de melhorar a compreensão prática da realidade social, além de poderem guiar de maneira mais eficaz a análise, elaboração e aplicação de políticas sociais. São úteis para identificar as necessidades a serem abordadas em diferentes áreas de intervenção (Jannuzzi, 2002). Vale ressaltar também que o papel dos indicadores não pode ser superestimado, como se a execução da política dependesse apenas da qualidade da informação gerada, conforme defende Jannuzzi (2002).

Por outro lado, implementar uma política pública é complexo, principalmente em um país tão heterogêneo como o Brasil, como também defende Jannuzzi (2022), ao declarar que em um país desigual e diverso, políticas e programas encaram variadas dificuldades, sendo menos graves em regiões de vulnerabilidade social diminuída, com dinamismo econômico favorável e melhor gestão, em comparação aos territórios em contraste a esses fatores. Segundo Jannuzzi (2002), a implementação das políticas depende significativamente das ações dos agentes responsáveis por executá-las, os quais podem facilitar ou dificultar sua eficácia.

O Estado, em todo o contexto histórico, desenvolveu um amplo leque de importantes Políticas Públicas voltadas à atenção da pessoa idosa, cabe, neste momento, aperfeiçoar o engajamento na implementação e acompanhamento das políticas, visando o envelhecimento saudável e cidadão da parcela populacional que mais cresce no país.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os achados da literatura, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa é amplamente abordada e analisada por variadas perspectivas. As teses e dissertações brasileiras acerca dessa Política apresentam análises críticas do preconizado no texto da política com a realidade enfrentada pela população idosa do país. Evidenciam-se obstáculos desde a capacitação de profissionais de saúde à ausência de orçamento e investimentos na área da pessoa idosa e devida implementação da PNSPI.

As teses e dissertações brasileiras abordam a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa nos mais variados delineamentos de pesquisas, seja como referencial teórico ou objeto de estudo. Dentre as quais, a implementação da Política é o ponto-chave. Os resultados mais significativos da pesquisa foram as dificuldades e/ou desafios que os estudos mencionaram acerca da implementação da PNSPI, demonstrando em suma que, após 18 anos da criação da Política, essa ainda não está implementada em sua totalidade. Há diretrizes fundamentais não estabelecidas e existe uma distância entre o estabelecido na legislação brasileira e a realidade da população idosa.

Para a implementação da PNSPI, assim como de outras políticas públicas, faz-se fundamental financiamentos e orçamento destinados à política, como também adequado monitoramento e avaliação constante da implementação. Etapas essas que, conforme o analisado, não estão sendo colocadas em prática. As pessoas idosas são cidadãos importantes que precisam gozar de seus plenos direitos, é inaceitável um cuidado fragmentado e fragilizado com uma parcela da população que já fez tanto pela história nacional. É nosso dever, enquanto sociedade, lutar por um envelhecimento ativo, participativo, saudável e cidadão.

Assim como todos os estudos, esta pesquisa apresentou limitações: as teses e dissertações foram analisadas especificamente com o olhar no que abordaram em relação a PNSPI, sua pesquisa em si, caso diferente, não foi levada em consideração; outras perguntas poderiam ser acrescentadas para análise mais ampliada da PNSPI como “O estudo citou programas, ações, serviços ou equipamentos urbanos voltados para a assistência de pessoas idosas?”, contudo, foi realizado um recorte e os questionamentos norteadores foram apenas os

apresentados no método, talvez pesquisas futuras possam aprofundar mais; e, por fim, uma das perguntas da pesquisa foi em relação às dificuldades e desafios da implementação, logo, não foram levados em consideração os apontamentos positivos por parte dos estudos analisados.

7. REFERÊNCIAS

- Abreu, Gracielle Karla Pampolim. Política Nacional De Saúde Da Pessoa Idosa: Discutindo O Perfil Sócio Demográfico, Econômico E Funcional De Idosos Restritos Ao Lar' 16/02/2016 142 F. Mestrado Em Políticas Públicas E Desenvolvimento Local Instituição De Ensino: Escola Superior De Ciências Da Santa Casa De Misericórdia De Vitória, Vitória Biblioteca Depositária: Emescam – Biblioteca Central.
- Alencar, Maria Do Socorro Silva. A Saúde Da Pessoa Idosa Na Atenção Básica: Processos, Limites e Possibilidades No Caso Do Município De Teresina-Piauí' 28/02/2011 243 F. Doutorado em Políticas Públicas Instituição De Ensino: Universidade Federal Do Maranhão, São Luís Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial De Pós-Graduação em Ciên. Sociais
- Almeida, L. De A.; Gomes, R. C.. Processo Das Políticas Públicas: Revisão De Literatura, Reflexões Teóricas E Apontamentos Para Futuras Pesquisas. Cadernos Ebape.Br, V. 16, N. 3, P. 444–455, Jul. 2018.
- Andres, Silvana Carloto. Caracterização Dos Atendimentos À Pessoa Idosa Na Atenção Primária À Saúde. Dissertação (Mestrado). Programa De Pós-Graduação em Gerontologia Da Universidade Federal De Santa Maria (Ufsm, Rs), 2022.
- Anjos, Rita Edna Da Silveira Dos. Idosos Vítimas De Queda Admitidos A Um Hospital De Referência Em Trauma. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade de Fortaleza. 2014. Fortaleza. Disponível em: <Https://Biblioteca.Sophia.Com.Br/Terminal/9575/Acervo/Detalhe/101536>.
- Bitencourt, Rossandra Oliveira Maciel De; Dalto, Fabiano Abranches Silva. Da Velhice à Terceira Idade: Um Estudo Exploratório Sobre A Evolução Do Conceito E As Implicações Para As Políticas Públicas. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. Disponível em: <Https://Www.Ipea.Gov.Br/Portal/Publicacao-Item?Id=Bc7ed653-A1ea-42fb-A7ae-29a0b4ef0893>
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- Brasil. Ministério Da Saúde. Portaria Nº 399, De 22 De Fevereiro De 2006. Divulga O Pacto Pela Saúde 2006 – Consolidação Do Sus E Aprova As Diretrizes Operacionais Do Referido Pacto. 2006a.
- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.528 De 19 De Outubro De 2006. Aprova A Política Nacional De Saúde Da Pessoa Idosa. 2006b. Disponível Em: Https://Bvsms.Saude.Gov.Br/Bvs/Saudolegis/Gm/2006/Prt2528_19_10_2006.Html
- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.395, De 10 De Dezembro de 1999.

Brasil. Presidência Da República. Lei Nº 14.423, De 22 De Julho De 2022. Disponível Em: https://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Lei/L14423.Htm#Art1

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria De Gestão Do Trabalho E Da Educação Na Saúde. Departamento De Gestão Da Educação Na Saúde. Política Nacional De Educação Permanente Em Saúde: O Que Se Tem Produzido Para O Seu Fortalecimento? Ministério Da Saúde, Secretaria De Gestão Do Trabalho E Da Educação Na Saúde, Departamento De Gestão Da Educação Na Saúde – 1. Ed. Rev. – Brasília: Ministério Da Saúde, 2018.

Dantas, Kiara Maria Vieira Pinto. Caderneta De Saúde Da Pessoa Idosa No Olhar De Idosos Atendidos Na Estratégia Saúde Da Família. 2015. 56 F. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal Da Paraíba, João Pessoa, 2015.

Cardoso, Carine Guterres. A Política Nacional De Saúde Da Pessoa Idosa (Pnspi) E A Atenção Básica: Um Estudo De Caso No Município De Santa Cruz Do Sul/Rs' 25/02/2015 116 F. Mestrado em Desenvolvimento Regional Instituição De Ensino: Universidade De Santa Cruz Do Sul, Santa Cruz Do Sul Biblioteca Depositária: Central E Setorial.

Carvalho, Claudia Reinoso Araújo de. A Saúde Do Idoso No Ensino Superior De Universidades Públicas Do Rio De Janeiro: O Caso Dos Cursos De Educação Física, Enfermagem E Nutrição. 2015. 82 F. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional De Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio De Janeiro, 2015.

Carvalho Filho, Marcus Antonio Melo. Prevalência E Etiologia De Trauma Bucomaxilofacial Em Idosos Internados No Nordeste Brasileiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade de Fortaleza. Fortaleza. Disponível em: <https://Biblioteca.Sophia.Com.Br/Terminal/9575/Acervo/Detalhe/104136>. Acesso Em: 3 Jul. 2024.

Costa, Alesandro Rodrigues. 2023. “Lei Nº 10.741, De 1º De Outubro De 2003 – O Estatuto Do Idoso – A Lei Do Mais Fraco”. Revista Processus Multidisciplinar 4 (8):20-25. <https://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/1001>.

Cota, B. A. Saúde Da Pessoa Idosa: A Formação Dos Profissionais De Saúde Da Atenção Básica. 2015. 134 F. Dissertação (Mestrado Em Ensino Na Saúde) - Universidade Federal De Goiás, Goiânia, 2015.

Ferreira, Ananere Da Silva Cruz et al. Políticas Públicas E Envelhecimento Populacional Nobrasil: Um Enfoque na Previdência Social. Educação e Cultura em Debate, V. 9, N. 2, P. 127-145, 2023.

França, Mônica Lima. Qualidade De Vida E Fatores Associados Em Idosos Institucionalizados E Não Institucionalizados Do Município De Agudos, São Paulo. 2013. Dissertação (Mestrado Em Ortodontia E Odontologia Em Saúde Coletiva) - Faculdade De Odontologia De Bauru, Universidade De São Paulo, Bauru, 2013. Doi:10.11606/D.25.2013.Tde-14102013-164401. Acesso Em: 2024-07-03.

Floriano, Tânia. A Proteção Social Nos Serviços De Saúde Voltados À Pessoa Idosa Em Céu Azul - Pr. 2021. 111 F. Dissertação (Mestrado Em Serviço Social) - Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná, Toledo9, 2021.

Grave, M. Q.; Rocha, C. F.; Périco, E. A Formação Do Profissional De Fisioterapeuta Na Atenção À Saúde Do Idoso: Uma Revisão Integrativa. Revista Brasileira De Ciências Do Envelhecimento Humano, [S. L.], V. 9, N. 3, 2013. Doi: 10.5335/Rbceh.2012.2295.

Griner, Advá. Internações De Idosos Por Diabetes Mellitus: A Influência Da Estratégia Saúde Da Família Na Saúde Da Pessoa Idosa No Estado Do Rio De Janeiro. 2018. 116 F. Dissertação (Mestrado Em Ciências Médicas) - Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Agência Ibge Notícias. Censo 2022: Número De Pessoas Com 65 Anos Ou Mais De Idade Cresceu 57,4% Em 12 Anos. 2023. Disponível Em:

<Https://Agenciadenoticias.Ibge.Gov.Br/Agencia-Noticias/2012-Agencia-De-Noticias/Noticias/38186-Censo-2022-Numero-De-Pessoas-Com-65-Anos-Ou-Mais-De-Idade-Cresceu-57-4-Em-12-Anos#:~:Text=A%20idade%20mediana%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,De%200%20a%2014%20anos.>

Jannuzzi, Paulo de Martino. Avaliação de impacto de programas e projetos educacionais e culturais. Revista Observatório. 33. 12-25, 2022. DOI: 10.53343/100521.33-1.

Jannuzzi, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51 a 72, 2002. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6427>.

Kummer, Simone Stochero. Internações Geriátricas E Opiniões Dos Gestores Municipais Da Região Metropolitana De Porto Alegre: Considerações Sobre Os Programas De Saúde Direcionados A Idosos. Tese (Doutorado). Programa De Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica Da Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, 2017.

Lemos, Eduardo Tassinari. Ações Da Política De Assistência Social Em Presidente Kennedy-Es: Possibilidades De Atendimento À Política Nacional De Saúde Da Pessoa Idosa' 29/07/2021 127 F. Mestrado Em Políticas Públicas E Desenvolvimento Local Instituição De Ensino: Escola Superior De Ciências Da Santa Casa De Misericórdia De Vitória, Vitória Biblioteca Depositária: Emescam - Biblioteca Central.

Leonardo, Jeanne Fonseca; Pereira, Virna Lisi Mozer Silva; Miranda, Valtair Afonso. Políticas Públicas E A Pessoa Idosa: Conquistas Reais ou Expectativas Não Atendidas?. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, [S. L.], V. 9, N. 10, P. 601–611, 2023. Doi: 10.51891/Rease.V9i10.11651. Disponível em: <https://Periodicorease.Pro.Br/Rease/Article/View/11651>.

Lima, Cibelly Aliny Siqueira. O Idoso Vítima De Violência: Desafios Do Sistema De Saúde Para O Enfrentamento Do Fenômeno' 30/06/2011 189 F. Doutorado Em Enfermagem Instituição De Ensino: Universidade Federal Do Ceará, Fortaleza Biblioteca Depositária: Biblioteca De Ciências Da Saúde

Lima, Maria Da Soledade Arruda De. Saúde E Lazer: Impasses Na Construção Da Cidadania Do Idoso' 30/11/2006 175 F. Mestrado em Serviço Social Instituição De Ensino: Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro Biblioteca Depositária: Cedoc/ Fss/ UERJ.

Loureiro, Ione Andrade. Estudo e Análise Crítica Da Política De Saúde Para O Idoso No Brasil: O Caso De Duque De Caxias. 2013. 83 F. Dissertação (Mestrado Em Administração) - Universidade Do Grande Rio "Prof. José De Souza Herdy", Rio De Janeiro, 2016.

Luiz, Izabel Cristina. Avaliação De Riscos De Quedas De Idosos Octagenários No Domicílio: Subsídio Para Tecnologia Gerencial Com Foco Na Segurança Do Paciente. 2016. 101 F.

Dissertação (Mestrado Profissional Em Enfermagem Assistencial) - Escola De Enfermagem Aurora De Afonso Costa, Niterói, 2016.

Machado, Patrícia Mara. O Brasil Que Envelhece: Políticas Sociais Da Seguridade Social Para Idosos No Brasil. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal De Santa Catarina, Centro De Ciências Da Saúde, Programa De Pós-Graduação Multidisciplinar Em Saúde, Florianópolis, 2015.

Maia, Sandra Maria Pontes. Avaliação Da Política Nacional De Saúde Da Pessoa Idosa Na Gestão Municipal De Fortaleza-Ce. 2010. 141f. Dissertação (Mestrado Em Avaliação De Políticas Públicas) – Universidade Federal Do Ceará, Pró - Reitoria De Pesquisa E Pós-Graduação, Programa De Pós-Graduação Em Avaliação De Políticas Públicas, Fortaleza-CE, 2010.

Marcandal, Gessyka Gomes. Capacitação De Agentes Comunitários De Saúde Sob A Perspectiva Da Fonoaudiologia: Potencial Latente Para Operacionalização Da Política Nacional De Saúde Da Pessoa Idosa. 2013. Dissertação (Mestrado Em Ortodontia E Odontologia Em Saúde Coletiva) - Faculdade De Odontologia De Bauru, Universidade De São Paulo, Bauru, 2013. Doi:10.11606/D.25.2013.Tde-16072014-135015.

Mariño, Juliana De Crescenzo Saucedo. As Concepções De Envelhecimento E Velhice Nas Políticas Públicas Voltadas À População Idosa No Brasil E No Uruguai. 2019. 55 F. Dissertação (Mestrado Em Gerontologia) - Programa De Estudos Pós-Graduados Em Gerontologia, Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2019.

Mendonca, Edna Mara; Lanza, Fernanda Moura. Conceito De Saúde E Intersetorialidade: Implicações No Cotidiano Da Atenção Primária À Saúde. Rev. Psicol. Saúde, Campo Grande, V. 13, N. 2, P. 155-164, Jun. 2021. Disponível em <[Http://Pepsic.Bvsalud.Org/Scielo.Php?Script=Sci_arttext&Pid=S2177-093x2021000200012&Lng=Pt&Nrm=Iso](http://Pepsic.Bvsalud.Org/Scielo.Php?Script=Sci_arttext&Pid=S2177-093x2021000200012&Lng=Pt&Nrm=Iso)>.

Mouzinho, Mirian Estela Do Couto. Indicadores Para Monitoramento Da Saúde Da Pessoa Idosa: Revisão Integrativa.. 2013. 72 F. Dissertação (Mestrado Em Ciências Humanas E Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento E Administração Em Saúde; Administração) - Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro, 2013.

Neves, Juliana Santos. Desafios Na Implantação Da Política Nacional De Saúde Da Pessoa Idosa Na Perspectiva Dos Profissionais Que Atuam Na Atenção Básica Do Município De Diamantina – Mg' 26/01/2017 90 F. Mestrado Profissional Em Saúde, Sociedade E Ambiente Instituição De Ensino: Universidade Federal Dos Vales Do Jequitinhonha E Mucuri, Diamantina Biblioteca Depositária: UFVJM.

Nunes, Camila Henriques. Análise Da Implantação Da Política Nacional De Saúde Da Pessoa Idosa No Município De Campo Dos Goytacazes - Rj Com Ênfase Na Qualificação Dos Trabalhadores' 15/12/2016 100 F. Mestrado Profissional Em Educação Profissional Em Saúde Instituição De Ensino: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio De Janeiro Biblioteca Depositária: Emília Bustamante.

Oliveira, Amanda Maria Souza De. A Enfermeira No Cuidado Domiciliar A Idosos: Desvelando Os Sentidos Do Vivido. Dissertação (Mestrado). Programa De Pós Graduação Em Enfermagem Da Universidade Federal Da Bahia, 2013.

Oliveira, Lucineire Lopes De. Política De Atenção À Saúde Do Idoso Em Mossoró/Rn: Potencialidades E Possibilidades Para Promoção Do Envelhecimento Saudável No Estado Do

Rio Grande Do Norte' 31/08/2011 284 F. Doutorado em Ciências Sociais Instituição De Ensino: Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Natal. Biblioteca Depositária: Bczm E Setorial Do Cchla (UFRN).

Pádua, Maria Augusta Carolino De. The Health Policy For The Elderly In São José Do Rio Preto (Sp): Achievements And Challenges A Study From The International Parameters. 2015. 159 F. Dissertação (Mestrado Em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2015.

Pereira, Deborah Santana. Comportamentos Relacionados À Saúde, Qualidade De Vida Ambiente Na Percepção De Idosos No Sertão Central Do Ceará. Dissertação (Mestrado). Programa De Pós-Graduação em Saúde Coletiva Da Universidade De Fortaleza, 2013.

Petermann, Xavéle Braatz. Promoção Da Saúde Da População Idosa Na Perspectiva De Profissionais Da Saúde De Equipes De Atenção Primária De Arroio Do Tigre/Rs. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal De Santa Maria, Programa De Pós-Graduação em Gestão De Organizações Públicas, Rs, 2020.

Reis, Deyvylan Araujo. Rede De Apoio E Necessidades Educacionais Frente Ao Cuidado Familiar De Idosos Dependentes: Uma Contribuição Para Enfermagem. 2013. 178f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal Do Amazonas/Universidade Do Estado Do Pará, Manaus, 2013.

Rodrigues, R. A. P. Et Al.. O Ensino De Enfermagem Gerontológica Nas Instituições Públicas Brasileiras De Ensino Superior. Acta Paulista De Enfermagem, V. 31, N. 3, P. 313–320, Maio 2018.

Sanglard, Cecília. Política Nacional De Saúde Da Pessoa Idosa: Discutindo Fatores Socioeconômicos, Hábitos De Vida E Vulnerabilidade De Idosos De Uma Estratégia Saúde Da Família De Manhuaçu/Mg' 16/12/2019 103 F. Mestrado Em Políticas Públicas E Desenvolvimento Local Instituição De Ensino: Escola Superior De Ciências Da Santa Casa De Misericórdia De Vitória, Vitória Biblioteca Depositária: Emescam - Biblioteca Central.

Santos, Fabíola Silva Dos. Quedas E Seu Impacto Na Saúde E Na Capacidade Funcional Dos Idosos Manauaras. Tese (Doutorado) - Universidade Federal De Santa Catarina, Centro De Ciências Da Saúde, Programa De Pós-Graduação em Enfermagem, Florianópolis, 2019.

Secchi, Leonardo; Coelho, Fernando De S.; Pires, Valdemir. Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões De Concursos. São Paulo, Sp: Cengage Learning Brasil, 2019. E-Book. ISBN 9788522128976. Disponível Em: [Https://Integrada.Minhabiblioteca.Com.Br/#/Books/9788522128976/](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/Books/9788522128976/).

Silva, Danubia De Brito Rodrigues. O Direito De Saúde Da Pessoa Idosa Em Consonância Com O Serviço Social. 2024. 95 F. Orientadora: Josiani Julião Alves Oliveira. Dissertação (Mestrado Em Serviço Social) – Faculdade De Ciências Humanas E Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Franca, 2024.

Silva, Joyce Lane Braz Virgolino Da. Guia De Promoção Da Saúde Para Pessoa Idosa. Dissertação (Mestrado). Programa De Mestrado Profissional Em Gerontologia Da Universidade Federal Da Paraíba, 2018.

Silva, Mariane Coimbra Da. Análise De Implementação Da Política Nacional De Saúde Da Pessoa Idosa: Um Estudo Com Base Nos Instrumentos De Planejamento Em Saúde Do Município De Belo Horizonte' 24/08/2022 89 F. Mestrado Profissional Em Gestão De

Serviços De Saúde Instituição De Ensino: Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: UFMG.

Silva, Meliza Cristina Da. As Representações Sociais Da Política Nacional De Saúde Da Pessoa Idosa: Uma Análise À Luz Do Campo Da Ciência, Tecnologia E Sociedade' 30/10/2016 161 F. Doutorado Em Ciência, Tecnologia E Sociedade Instituição De Ensino: Universidade Federal De São Carlos, São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária Da Ufscar

Silva, Olivia Alves Da. Conhecimento De Enfermeiros E Médicos Da Estratégia Saúde Da Família Sobre As Políticas Públicas Voltadas À Pessoa Idosa. Dissertação (Mestrado). Programa De Pós-Graduação em Enfermagem Da Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul, 2014.

Silvestre, Elizandra Ferreira De Lima. Atenção Ao Idoso na Estratégia Saúde Da Família: A Atuação Do Médico E Do Enfermeiro. Dissertação (Mestrado). Programa De Pós-Graduação Integrado em Saúde Coletiva Da Universidade Federal De Pernambuco, 2013.

Solha, Raphaela Karla De T. Sistema Único de Saúde - Componentes, Diretrizes E Políticas Públicas. Editora Saraiva, 2014. E-Book. ISBN 9788536513232.

Thumé, Elaine. Assistência Domiciliar A Idosos: Desempenho Dos Serviços De Atenção Básica' 31/08/2010 212 F. Doutorado em Epidemiologia Instituição De Ensino: Universidade Federal De Pelotas, Pelotas. Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial Da Faculdade De Medicina.

Torres, Kellem Raquel Brandão De Oliveira. Educação a Distância Como Estratégia Para Apoio À Implementação De Políticas Públicas: A Experiência Do Curso De Aperfeiçoamento Em Envelhecimento E Saúde Da Pessoa Idosa (Ead/Ensp/Fiocruz). 2016. 136 F. Dissertação (Mestrado Em Saúde Pública) - Escola Nacional De Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio De Janeiro, 2016.

Villar, Veruska Ribeiro De Medeiros. Capacitação Para Agentes Comunitários De Saúde Sobre A Atenção À Saúde Do Idoso. Dissertação. Programa De Mestrado Profissional Em Gerontologia Da Universidade Federal Da Paraíba, 2018.

Xavier, Alex Da Silva. Implementação Da Política Nacional Da Saúde Da Pessoa Idosa Nos Cursos De Graduação Em Saúde Da Universidade Federal Fluminense' 28/02/2010 64 F. Mestrado em Saúde Coletiva Instituição De Ensino: Universidade Federal Fluminense, Niterói Biblioteca Depositária: Faculdade De Medicina/UFF.